

indústria

127

1º Trimestre de 2021
Gratuita

REVISTA DE EMPRESÁRIOS E NEGÓCIOS

EUROPA

Portugal em
14º nos apoios
orçamentais

ENTREVISTA

Ricardo Reis
"É incontestável
que se podia
ter gasto mais
dinheiro, se fosse
bem gasto"

ASSOCIADOS

Empresas na
linha da frente da
pandemia

As empresas no centro da recuperação económica



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL



Cursos Profissionais 2021

FORMAÇÃO para EMPRESAS e ADULTOS

- **FM - Formação Modular Certificada**
Ações curta duração | Ciclos de formação
- **EFA - Cursos de Educação e Formação de Adultos**
- **RVCC - Profissional e Dupla Certificação**
- **FME - Formação à Medida para Empresas**



Agora também com recurso a Formação a Distância

FORMAÇÃO de JOVENS e ADULTOS

CET - Cursos de Especialização Tecnológica

Nível 5 - Protocolos com diversos Estabelecimentos do Ensino Superior com a atribuição de créditos (ECTS)

APZ - Cursos de APRENDIZAGEM

Nível 4 - Confere o 12º Ano + Qualificação Profissional



Possibilidade de
ESTÁGIOS NA EUROPA

Apoios Sociais

- Bolsa de Formação
- Subsídio de Alimentação e Transporte



www.cenfim.pt



www.facebook.com/cenfim.pt



NÚCLEOS em: ■ Amarante ■ Arcos de Valdevez ■ Caldas da Rainha ■ Ermesinde ■ Lisboa ■ Marinha Grande
■ Oliveira de Azeméis ■ Peniche ■ Porto ■ Santarém ■ Sines ■ Torres Vedras ■ Trofa

SEDE : Rua do Açúcar, 88 , 1950-010 LISBOA , **Telef.:** 21 861 01 50 . **Fax:** 21 868 49 79 . **Site:** www.cenfim.pt . **E-mail:** dir@cenfim.pt
ZONA NORTE: Rua Conde da Covilhã, Nº1400 , 4100-187 PORTO , Apartado 8006 , 4109-601 PORTO . **Telef.:** 22 618 21 64/77 , **Fax:** 22 618 95 96

Da resiliência à recuperação



António Saraiva
PRESIDENTE DA CIP

“O Governo vai gerindo a situação, dia-a-dia, apresentando e reapresentando medidas e apoios, melhorando, aqui e ali, as suas respostas, mas sempre aquém do que seria necessário”

Recuperação é, talvez, a palavra mais repetida nas páginas deste número da Revista Indústria. Recuperação que vislumbrámos, nos meses de verão do ano passado, mas que depressa se desvaneceu, sob o impacto do agravamento da pandemia, para dar lugar a novas quedas da atividade económica.

No mercado de trabalho, a forte resistência das empresas em prol da preservação do emprego parece estar a ceder, começando agora a surgir a face invisível da crise, à medida que as empresas vão esgotando as suas reservas.

O Governo vai gerindo a situação, dia-a-dia, apresentando e reapresentando medidas e apoios, melhorando, aqui e ali, as suas respostas, mas sempre aquém do que seria necessário, sempre aquém do que vai sendo feito na generalidade dos países europeus, conforme podemos verificar num dos artigos que aqui publicamos.

Apesar da situação que vivemos, o regresso a condições mais favoráveis à retoma parece agora mais próximo, com o controlo, no nosso país, da terceira vaga da pandemia e com os progressos na campanha de vacinação, que nos permitem antever o levantamento gradual das restrições a atividades e mobilidade da população.

As mais recentes projeções económicas da Comissão Europeia apontam para uma retoma da atividade económica, ainda moderada, no segundo trimestre, e mais vigorosa no terceiro trimestre.

Não basta, contudo, assegurar a gestão corrente da crise, esperando que a pandemia passe, que as empresas aguentem, e que ressurgja de novo, uma dinâmica de recuperação.

É preciso mais e melhor, para que, no rescaldo desta crise, as empresas não só tenham resistido, mas estejam em condições para impulsionar a recuperação, para investir, para competir com as suas congéneres europeias, que têm beneficiado de níveis substancialmente diferentes de apoio à respetivas economias.

É necessário desenvolver e aprofundar não apenas o Plano de Recuperação e Resiliência, mas toda uma estratégia económica que vise a preservação do tecido produtivo existente e a reorientação do nosso modelo de desenvolvimento, enfrentando os problemas que travam a produtividade e o crescimento da nossa economia.

Não será ainda, certamente, em 2021 que o PIB regressará ao nível anterior à crise. Acredito, no entanto, na força das empresas para acelerar o relançamento da atividade económica.

É esta a vontade das empresas que, mais do que uma vez, deram provas da sua resiliência em situações adversas. Ao invés de a menosprezar, é preciso potenciar essa resiliência através de uma política económica adequada. ■

indústria

Editorial 3

Em destaque 6

As empresas no centro da recuperação económica

Portugal em 14º nos apoios orçamentais 10

Atualidade 13

CIP assina pacto europeu para promoção de competências

CIP apoia empresas na transição para uma Economia + Circular 14

Quanto vale o talento feminino? 16

Entrevista 18

Ricardo Reis
Economista, professor e investigador na London School of Economics

Associados 24

Empresas na linha da frente da pandemia

Opinião 33

Manuel Tarré

Economia 34

Conjuntura Económica
Em Portugal e no mundo, a economia continua suspensa da evolução da pandemia

Internacional 40

A adiada revisão da política industrial europeia

A revisão da Política Comercial da UE – o que salientamos 42

Opinião 46

Nuno Santos

Diretor

António Saraiva

Conselho Editorial

Carla Sequeira

Catarina Melo

Gregório Rocha Novo

Inês Vaz Pinto

Maria de Nazaré

Marta Silva

Miguel Boavida

Nuno Manalvo

Pedro Capucho

Secretariado

Filomena Mendes

Administração e Propriedade e Sede da Redação

CIP - Confederação Empresarial de Portugal

Praça das Indústrias

1300-307 Lisboa

Tel.: 213 164 700

Fax.: 213 579 986

E-mail: revista@cip.org.pt

NIF: 500 835 934

N.º de registo na ERCS - 108372

Depósito Legal 0870-9602

Estatuto Editorial

<https://cip.org.pt/revista-cip/>

Edição e Publicidade

Bleed - Sociedade Editorial e Organização de Eventos

Av. das Forças Armadas 4 – 8 B

1600-082 Lisboa

Tel.: 217 957 045

www.bleed.pt

info@bleed.pt

Conteúdos, Edição, Design e Paginação

F5C – First Five Consulting

Av. da Liberdade, n.º 230 - 3.º

1250-148 Lisboa | Portugal

T +351 210 322 500

F +351 210 322 539

www.f5c.pt

geral@f5c.pt

Impressão

Grafisol

Núcleo Empresarial da Abrunheira

Zona Poente - Pav.11 - Abrunheira

2710-089 Sintra

Periodicidade

Trimestral

Tiragem

10.000 exemplares



CIP

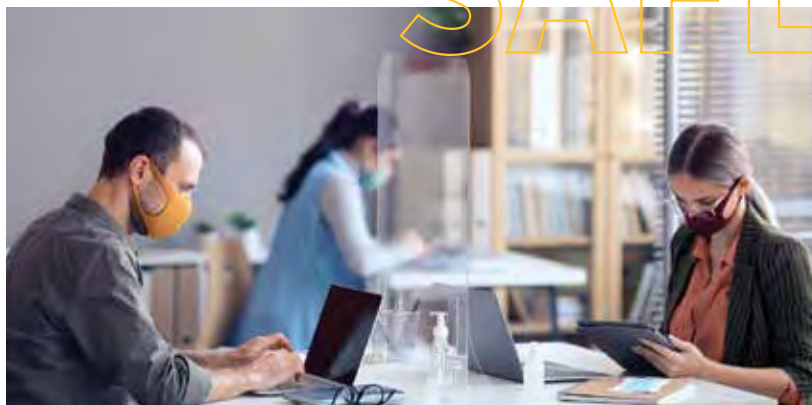
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

COVID SAFE

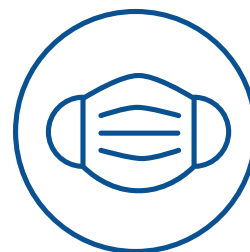


Demonstre aos seus clientes, colaboradores, parceiros e sociedade o compromisso e respeito pela saúde e segurança de todos e assegure a continuidade do seu negócio com confiança!

- ✔ Baseado nas orientações da Direção Geral da Saúde, Autoridade para as Condições do Trabalho e Organização Internacional do Trabalho;
- ✔ Verificação in loco do cumprimento de procedimentos e de práticas de segurança e saúde;
- ✔ Aplicável a qualquer tipologia de organização, de todos os setores de atividade.



MÁSCARAS SOCIAIS



Porque a conformidade de uma máscara social começa no seu processo de fabrico, a APCER disponibiliza o serviço de certificação deste produto.

- ✔ Utilização de marca nacional de produto certificado “Máscara para uso social DNP CWA 17753:2020”, demonstrando a conformidade e segurança do seu produto;
- ✔ Aumento da confiança por parte dos seus clientes, reguladores e outras partes interessadas;
- ✔ Maior notoriedade da marca e reforço do acesso ao mercado nacional e aos mercados de exportação.



AS EMPRESAS NO CENTRO DA RECUPERAÇÃO ECONÓMICA

Os dados mais recentes da execução orçamental são inequívocos: o esforço das empresas para manter a atividade produtiva permitiu, mais uma vez, evitar os efeitos destrutivos da crise económica. Apesar disso, o Governo continua a poupar nos apoios e o Plano de Recuperação e Resiliência delega para segundo plano o papel das empresas no processo de retoma económica.



Os dados da execução orçamental surpreenderam pela positiva. Dados revelados recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) fecham 2020 com um défice de 5,7% do PIB, abaixo das últimas previsões do Governo que apontavam, em outubro, para uma degradação das contas públicas de 7,3%. Na primeira reação aos números,

António Costa destacou “o grande esforço” do Governo, nos últimos seis anos, “para colocar as contas públicas em ordem”, o que permitiu ao país “chegar a 2019 com o primeiro excedente orçamental”. Explicou ainda que, aquele que é um dos maiores défices dos últimos anos, “explica-se essencialmente pelo grande esforço que

houve necessidade de fazer para apoiar empresas, emprego, rendimento das famílias, mas também para relançar o investimento público, designadamente na educação”. Apenas o “grande esforço” das empresas parece ter ficado de fora do discurso do Primeiro Ministro. Em nota de imprensa, em reação aos números apresentados pelo INE,

é o Ministério das Finanças quem assume que a evolução melhor do que o esperado por parte da economia portuguesa se ficou a dever à resiliência do mercado de trabalho e das empresas.

A receita fiscal e contributiva ficou 2,5% - cerca de 3.000 milhões de euros - acima do previsto. "Tal evolução resulta do comportamento positivo do mercado de trabalho que mostrou mais resiliência do que seria de esperar. Apesar da queda de 7,6% do PIB, o emprego apenas diminui 1,9%".

No mesmo dia, o Banco de Portugal, no seu Boletim Económico, concluía que o confinamento que marcou o arranque do ano de 2021 terá provocado uma quebra "menos severa" da atividade do que a vivida por Portugal na primavera de 2020. Uma evolução justificada pela "capacidade de adaptação e aprendizagem dos agentes económicos" e por um "enquadramento internacional mais favorável". Condições que levam o regulador a manter a previsão de crescimento para 2021 inalterada, nos 3,9%, revendo, no entanto, em alta as previsões para 2022, dos anteriores 4,5% para 5,2%.

SÓ 35% DOS FUNDOS DO PRR ESTÃO RESERVADOS PARA AS EMPRESAS

O papel das empresas é hoje, tal como o foi no passado, inegável para a retoma económica do país. Apesar de todas as evidências, e das sucessivas provas dadas, o Governo continua a poupar nos apoios à atividade produtiva. "Os melhores resultados [do déficit] traduzem, em parte, a resiliência do mercado de trabalho, apesar do contexto económico sem precedentes que vivemos há quase um ano. Este esforço na proteção de milhares de empregos resulta do compromisso das empresas com Portugal e com os portugueses", nota o Presidente da CIP, António Saraiva. O responsável adianta que fica claro que "o esforço das empresas para manter a atividade económica" ajudou a evitar "efeitos destrutivos" da crise económica e frisa que espera do Governo um empenho semelhante. "Este não é o momento para reduzir a intervenção do Estado (...) À semelhança do que está a acontecer

O Banco de Portugal destaca "a capacidade de adaptação e aprendizagem dos agentes económicos"

noutros países europeus, o Governo não pode hesitar em investir na recuperação económica e no apoio às empresas". Recorde-se que, nas análises

efetuadas, quer pelo Fundo Monetário Internacional, quer pelo Banco Central Europeu, Portugal surge, invariavelmente, na cauda da Europa em termos dos apoios orçamentais concedidos à economia (ver página 10). As empresas de outros países "têm beneficiado de programas nacionais de apoio significativamente mais robustos do que os criados pelo Governo português". "Esse fosso não pode aumentar mais", argumenta.

Por isso mesmo a CIP critica, desde logo, os montantes afetos às componentes mais diretamente relacionadas com as empresas no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) apresentado pelo Governo - pouco mais de 5,5 mil milhões de euros, ou seja, 35% do total.

10

Lacunas do PRR

- ▶ **Falta de orientação** para melhorar a capacidade competitiva das empresas.
- ▶ **Falta de visão global dos fundos europeus que vão chegar.** Não são conhecidos os critérios que determinam quais os investimentos a ser financiados por recurso ao PRR e quais os que virão a ser financiados por recurso a outros instrumentos.
- ▶ **Falta de análise custo-benefício** dos investimentos e de impacto macroeconómico.
- ▶ **Eleição de setores considerados estratégicos**, em detrimento de uma política pública que corrija os efeitos adversos das falhas de mercado.
- ▶ **Escassa prioridade conferida à recapitalização das empresas**, refletida quer nas verbas que lhe são alocadas, quer na indefinição quanto às soluções que serão adotadas.
- ▶ **Formação profissional sim, mas não só do Estado.** É necessário contemplar iniciativas das entidades associativas empresariais, nacionais, regionais e setoriais.
- ▶ **Ausência de orientação** para as exportações e a internacionalização da economia.
- ▶ **Na saúde**, foco exclusivo do plano no Serviço Nacional de Saúde.
- ▶ **Na ferrovia, ausência de referências às ligações ferroviárias internacionais e ao cumprimento dos compromissos internacionais de Portugal**, nomeadamente a conclusão das linhas da Rede Core da UE até 2030.
- ▶ **Ausência da Economia do Mar** das linhas estratégicas do plano.

Em resposta à consulta pública, a CIP considera que a “alocação de verbas neste Plano não reflete a prioridade que deve ser concedida às empresas no processo de recuperação da economia portuguesa”, considerando que o PRR deveria estar mais orientado para melhorar a “capacidade competitiva” das empresas “num ambiente pós-pandemia que será fortemente desafiante”.

AS EMPRESAS NÃO PODEM ESPERAR MAIS

A principal falha do PRR é, na opinião da CIP, “a escassa prioridade conferida à recapitalização das empresas, refletida quer nas verbas que lhe são alocadas, quer na indefinição quanto às soluções que serão adotadas”.

Apenas o “grande esforço” das empresas parece ter ficado de fora do discurso do Primeiro Ministro

A CIP apresenta por isso um conjunto de recomendações ao Governo (ver caixa) sobre os modelos de recapitalização a adotar e reforça a importância de ativar

mecanismos financeiros e fiscais que favoreçam um movimento de fusões e aquisições de empresas. Além disso, considera essencial o reforço da base exportadora do país, e apela ao Governo que reforce as linhas de crédito para as exportadoras, que esgotaram rapidamente todo o apoio que foram recebendo até agora.

O presidente da CIP alerta ainda para a urgência da chegada dos fundos europeus. Portugal só deverá receber dinheiro da chamada “bazuca europeia” no quarto trimestre de 2021 e, por isso, insta o Governo português a antecipar o dinheiro, revendo para tal, se for necessário, o Orçamento do Estado. ■



A CIP recomenda ao Governo

- Urgência na implementação de um instrumento de apoio à capitalização das empresas;
 - ▶ O formato de injeção de capital deverá ser titularizado em ações preferenciais reembolsáveis ou obrigações convertíveis em capital;
 - ▶ A opção de conversão em capital ordinário quer das ações, quer das obrigações só deverá ser considerada em última instância;
- Incentivos à fusão de empresas através da aceitação fiscal da amortização do *goodwill* resultante de operações de fusão e aquisição;
- Discriminação fiscal positiva em operações de fusão e concentração, simplificando os regimes fiscais aplicados a estas operações;
- Reforço da linha de crédito com apoio a fundo perdido (Empresas Exportadoras da Indústria e do Turismo), dos atuais 1.050 milhões para 4.000 milhões de euros;
 - ▶ Reforço do apoio a fundo perdido. Atualmente, uma parte do empréstimo ao abrigo desta linha poderá ser convertida em fundo perdido, tendo como limite 20% do valor do financiamento. A CIP defende que este limite passe para 30%;
 - ▶ Este apoio deveria alargar-se para 7,5% ao ano, num máximo de cinco anos, nos casos de empresas em que mais de metade das vendas anuais sejam exportações;
- Extensão dos contratos ao abrigo das linhas de crédito com garantia do Estado, de seis anos para oito anos, e alargamento dos respetivos períodos de carência, para não fazer coincidir pagamentos com o final das moratórias. ■

CONHEÇA A NOVA APP DA CIP

JÁ DISPONÍVEL PARA ANDROID E IOS



- ✓ ATIVIDADE DA CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL
- ✓ NOTÍCIAS DOS ASSOCIADOS
- ✓ CONSULTA EM PRIMEIRA MÃO DE DADOS ECONÓMICOS
- ✓ ACESSO A ESTUDOS E PUBLICAÇÕES

PORTUGAL EM 14º NOS APOIOS ORÇAMENTAIS

Os estudos promovidos pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Central Europeu colocam Portugal na cauda da Europa no que toca aos estímulos orçamentais de apoio à economia.



Portugal ocupa o 14º lugar, entre 22 países da União Europeia, nos apoios orçamentais concedidos a empresas e famílias, em percentagem do PIB. De acordo com os dados reunidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), até 31 de dezembro de 2020, os apoios orçamentais concedidos pelo executivo – calculados com base na despesa adicional e na renúncia de receitas – somaram 10,8 mil milhões de dólares (cerca de 9,1 mil milhões de euros), o equivalente a 4,7% do PIB. Números que comparam com os 11% da Grécia, ou os 6,8% da Itália, os únicos países da Zona Euro que registavam, no início da pandemia, em março de 2020, dívidas públicas superiores

à nacional. Já entre as economias que, à mesma data, registavam rácios de dívida pública superiores a 90% do PIB, apenas Espanha fica atrás de Portugal nos apoios concedidos (ver tabela).

Estes números incluem apenas as medidas com efeito orçamental. Não incluem outras como garantias, empréstimos ou recapitalização de empresas que o FMI também contabiliza. Aí, Portugal soma 6,5% do PIB e sobe umas posições para o 11º lugar, mas está igualmente longe dos apoios de outros países, em particular da Alemanha e da Itália, com valores na ordem dos 30% do PIB.

Os dados do FMI não incluem os apoios adicionais concedidos já em 2021, durante a terceira vaga da pandemia. E o próprio Fundo alerta para a necessidade de acautelar, na análise, as circunstâncias específicas de cada país, desde logo, o impacto do choque pandémico nas diferentes geografias, o que forçou a respostas diferenciadas.

Num estudo publicado já no início deste ano, mas que reúne dados apenas até setembro de 2020, também os economistas do Banco Central Europeu (BCE) destacavam as dificuldades de uma análise comparativa entre países, não só pelo impacto da pandemia, mas também devido



Divida pública
em % PIB
(1º Tr. 2020)

Medidas
com impacto
orçamental em %
PIB (Dez 2020)

Grécia	180,7	11
Itália	137,6	6,8
Portugal	119,5	4,7
Bélgica	103,4	7,2
França	101,3	7,7
Espanha	99	4,1
Chipre	96,2	6,4
Croácia	73,8	n.d.
Áustria	73,1	8,6
Eslovénia	69	n.d.
Hungria	65,9	5,3
Finlândia	64,3	3
Alemanha	61	11
Irlanda	58,9	5,4
Eslováquia	49,7	3,8
Países Baixos	49,5	4,5
Polónia	47,6	n.d.
Malta	43,9	6,6
Noruega	41,3	n.d.
Roménia	37,4	n.d.
Letónia	37,1	7,9
Suécia	35,8	4,2
Dinamarca	33	1,8
Lituânia	33	4,7
República Checa	32,7	5,4
Luxemburgo	22,2	4,2
Bulgária	20,1	n.d.
Estónia	8,9	3,5

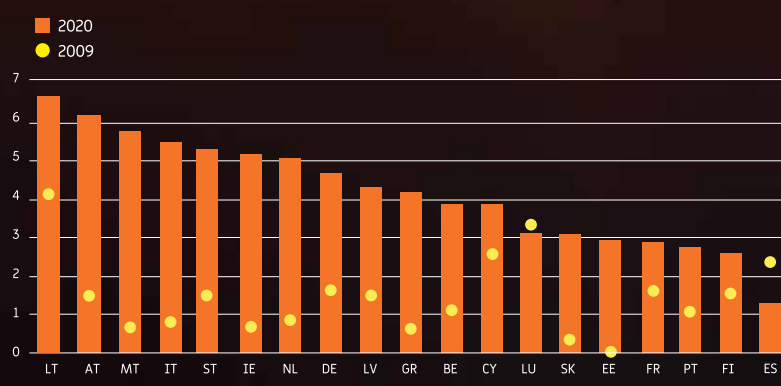
Fonte: Eurostat e FMI

às diferenças estruturais das próprias economias, como por exemplo uma elevada exposição ao setor do turismo.

Ainda assim, e apesar dos números diferirem dos revelados pelo FMI – em função do período temporal e da metodologia utilizada – um padrão emerge. Portugal surge, mais uma vez, na cauda da Europa em termos de apoios concedidos com impacto orçamental. De acordo com o BCE, os estímulos à economia nacional foram os terceiros mais baixos da Zona Euro, apenas acima da Finlândia e de Espanha (ver gráfico). O valor terá rondado os 2,8% do PIB, o que compara com uma média agregada ligeiramente acima de 4%.

Medidas relacionadas com a COVID-19 com impacto orçamental, em % do PIB

(Set 2020)



Fonte: Banco Central Europeu. O valor de 2009 é relativo ao estímulo orçamental nesse ano da crise financeira. Ambos em % do PIB

As medidas sem impacto orçamental somam 6,5% do PIB, longe dos apoios de outros países, com valores na ordem dos 30% do PIB

“Enquanto em Portugal se estabeleceu como limite mínimo uma redução de 40% do volume de negócios [para aceder ao *lay-off*], a Alemanha impõe apenas uma redução de 10%”

TRIBUNAL DE CONTAS

SHOW ME THE MONEY

Uma resposta efetiva aos impactos económicos da pandemia não implica apenas a disponibilização de apoios financeiros. Implica também a garantia de que estes chegam a quem deles necessita. E aqui, as empresas portuguesas não tiveram a vida facilitada. No início de fevereiro, o Tribunal de Contas destacava precisamente as diferenças encontradas na aplicação do regime de *lay-off* entre os Estados-membros. “Ao nível dos critérios de elegibilidade da medida, merece destaque a diferença entre Estados-membros na exigência em termos de limites mínimos de elegibilidade. Por exemplo, enquanto em Portugal se estabeleceu como limite mínimo uma redução de 40% do volume de negócios, a Alemanha impõe apenas uma redução de 10%”, escreve a instituição (ver gráfico). Em outubro, o Governo viria, no entanto, a tornar a medida mais abrangente, ao baixar este limite para 25%.

Também o acesso atempado aos apoios foi, desde logo, uma das principais dificuldades sentidas pelas empresas. A CIP foi, aliás, a primeira a denunciar os atrasos nestes pagamentos. Através do seu inquérito semanal às empresas, a CIP concluiu que, no início de maio de 2020, 30% das empresas que haviam solicitado a adesão ao regime de *lay-off* simplificado ainda não tinham recebido qualquer apoio. Quase um ano mais tarde, disso mesmo dá nota o Tribunal de Contas (TdC). Neste documento, onde analisa a aplicação da medida extraordinária, a entidade denuncia “atrasos na validação dos pedidos de adesão” entregues pelas entidades empregadores à Segurança Social. Uma realidade que não foi exclusiva dos primeiros meses de aplicação da medida. O TdC adianta que: “A 30 de junho, os pedidos validados cobriam apenas 70% dos pedidos submetidos”. Atrasos, diz a entidade, que tiveram “reflexos no pagamento célere do apoio”. ■

Limites mínimos para acesso ao *lay-off* por queda do volume de negócios

(Jun 2020)

Alemanha	10%
Polónia	15%
Eslovénia	20%
Bulgária	20%
Países Baixos	20%
Croácia	20%
Irlanda	25%
Chipre	25%
Estónia	30%
Letónia	30%
Dinamarca	30%
Portugal	40%

Fonte: Tribunal de Contas

CIP ASSINA PACTO EUROPEU PARA PROMOÇÃO DE COMPETÊNCIAS

O Pact for Skills assume-se como um compromisso estratégico para a promoção de parcerias com vista ao desenvolvimento de competências dos cidadãos europeus.

A CIP aderiu ao Pact for Skills, uma iniciativa promovida pela Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão da Comissão Europeia, que tem como objetivo aumentar a qualificação e promover a requalificação dos cidadãos da União Europeia. Para a confederação empresarial, a assinatura deste protocolo é uma consequência natural da sua missão e aposta estratégica no desenvolvimento de um tecido empresarial competitivo e preparado para os grandes desafios do séc. XXI.

Isso mesmo está patente nas iniciativas promovidas pela CIP e que traduzem o seu envolvimento em compromissos concretos de qualificação e requalificação dos profissionais. Desde logo, o projeto Emprego Mais Digital, concebido em parceria com o IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. e com a Estrutura de Missão Portugal Digital (EMPD), com o objetivo de incrementar a formação profissional dos trabalhadores na área digital. Um projeto que abrangerá, numa primeira fase e ao longo de 2021, 25 mil pessoas e será dinamizado pelas associações empresariais associadas da CIP. Destaque ainda para o Projeto Promova, coordenado pela CIP e desenvolvido em parceria com a Nova SBE, que visa identificar talentos

femininos com potencial de liderança e apoiar o seu desenvolvimento de modo a aumentar a presença de mulheres na gestão de topo das empresas.

O Pact for Skills baseia-se num modelo de compromisso estratégico que se concretiza através da criação de parcerias público-privadas para o desenvolvimento de competências a nível europeu, promovendo a criação de redes de formadores e novas formas de financiamento. Os princípios estabelecidos neste pacto incluem a promoção de uma cultura de aprendizagem ao longo da vida, acessível a todos; a construção de fortes parcerias para o desenvolvimento de competências; a monitorização da oferta e procura no mercado de trabalho, antecipando necessidades ao nível do desenvolvimento de competências; e o desenvolvimento de ações pelo fim da discriminação, pela igualdade de género e de oportunidades.

O Pact for Skills está fortemente alicerçado nos principais vetores do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e apoia os objetivos do Green Deal e da transformação digital. Está ainda alinhado com a Agenda de Competências para a Europa, que tem como objetivo implementar um plano, a cinco anos, orientado para o aumento das competências da população. Pretende

“Os objetivos de qualificação e requalificação de profissionais estão bem patentes nas iniciativas da CIP - Emprego Mais Digital e Projeto Promova”

garantir, anualmente, a participação de 120 milhões de adultos em atividades de formação, o que corresponde a 32% da população ativa europeia. Em Portugal a percentagem anual de população ativa em formação contínua aproxima-se dos 9%.

A CIP desafia todos os seus associados que reúnam condições, e tenham por objetivo a qualificação ou requalificação de ativos, a juntarem-se a este pacto. ■

CIP apoia empresas na transição para uma Economia + Circular

A CIP lançou o maior e mais completo estudo feito em Portugal sobre Economia Circular. Mais do que um levantamento do estado da arte, o projeto pretende dotar as empresas de metodologias e ferramentas que permitam uma transição efetiva para uma economia mais sustentável.

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal acaba de lançar o projeto E+C – Economia Mais Circular com o objetivo de apoiar as empresas na transição para uma economia mais sustentável. “As empresas são, de facto, o motor da transição necessária e acreditamos que a CIP, enquanto maior confederação empresarial nacional que é, tem um papel a desempenhar no apoio às empresas neste processo”, explica Sílvia Machado, Assessora Sénior para Ambiente & Clima da CIP. O E+C, um projeto desenvolvido em parceria com a EY Parthenon, é o maior e mais completo estudo feito em Portugal sobre Economia Circular. Com duração de um ano, permitirá a caracterização do nível de circularidade atual nas empresas nacionais em termos qualitativos e quantitativos.

Em termos qualitativos, o projeto prevê o levantamento das medidas já implementadas e das ações adotadas com vista à circularidade, assim como a identificação dos entraves sentidos pelas empresas de forma a identificar os caminhos a seguir, nomeadamente em termos regulatórios, e a elaboração das respetivas recomendações. Já em termos quantitativos, a CIP pretende demonstrar, por via de uma amostra nacional representativa, as vantagens na utilização de uma ferramenta para medir de forma robusta o

progresso de uma organização ou empresa em direção a uma forma mais circular de fazer negócios, tendo sempre em vista os progressos em termos de resultados nacionais no cumprimento das metas do Pacto Ecológico da UE.

A necessidade da transição de uma Economia Linear para uma Economia Circular está bem patente no quadro das políticas nacionais e europeias, cujo primeiro plano de ação adotado pela Comissão Europeia remonta a 2015. “O plano de Ação para a Economia Circular foi a resposta nacional ao desafio europeu, no qual a CIP colaborou desde a primeira hora. Mas passaram mais de dois anos e os resultados deste Plano não são devidamente conhecidos”, alerta António Saraiva, presidente da CIP. O responsável considera que “falta claramente uma monitorização objetiva da situação nacional nestas matérias. (...) Requerem-se métricas eficazes que demonstrem a evolução global e setorial da circularidade da economia e permitam a identificação de constrangimentos e de oportunidades”. O presidente da CIP explica que o objetivo do Projeto E+C é “a entrada numa nova etapa que permita passar das intenções e das denúncias de insucessos à adoção de medidas concretas, medidas reconhecidas e devidamente estimuladas”.

“Queria saudar particularmente o desenvolvimento de um sistema de monitorização e de avaliação das práticas das empresas nesta matéria, porque sem medirmos exatamente o que estamos a fazer, não conseguimos atingir os resultados a que nos propomos”

PEDRO SIZA VIEIRA
Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital

Ciente do potencial da contribuição da Economia Circular para a descarbonização e competitividade da economia, a CIP acredita numa abordagem *bottom-up*: começando pelas empresas e proporcionando a possibilidade de escalada para o âmbito setorial e regional, de forma a alcançar repercussões a nível macro na economia nacional em termos de avaliação contínua dos esforços e progressos alcançados. Para uma correta

avaliação, “é evidente a necessidade de indicadores de resultados para que seja possível tomar decisões estratégicas com maior sucesso. Os indicadores disponíveis atualmente em Portugal, na área da Economia Circular, são muitas vezes a contabilização das iniciativas realizadas ao invés dos resultados dessas iniciativas. Esperamos poder contribuir para melhorar o conhecimento sobre quais devem ser os indicadores nacionais para avaliar os planos e as ações em termos de Economia Circular”, explica Sílvia Machado.

No encerramento da conferência “Por uma Europa Verde – O contributo das Empresas Portuguesas”, que marcou o lançamento do projeto, o Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, Pedro Siza Vieira, destacou os méritos de uma iniciativa desta natureza: “Queria saudar particularmente o desenvolvimento de um sistema de monitorização e de avaliação das práticas das empresas nesta matéria, porque sem medirmos exatamente o que estamos a fazer, não conseguimos atingir os resultados a que nos propomos” sublinhou o governante. Na mesma ocasião, a Secretária de Estado do Ambiente, Inês Costa, reconheceu também a falta de circularidade da economia, lembrando que “só somos 8,6% circulares, com tendência a piorar”.

Atualmente, na fase de arranque, e após constituição do Comité de Gestão do projeto, a CIP está a constituir o Comité de Observação, que, além de acompanhar a implementação do projeto, funcionará como *Think Tank* da economia circular em Portugal. “Para já temos a APA e a DGAE ‘a bordo’ e esperamos arrancar brevemente com um *Steering Committee* do projeto que integre igualmente o lapmei e a ANI”, dá conta a responsável da CIP pelas áreas de Ambiente & Clima.

Circulytics: uma ferramenta para a circularidade



A Circulytics foi a ferramenta selecionada para apoiar as empresas na transição para uma economia mais circular. Desenvolvida pela Fundação Ellen MacArthur, trata-se de uma metodologia que permite realizar a medição de fluxos de materiais, fornece informações sobre todas as operações circulares, identifica áreas para melhorias imediatas e destaca oportunidades para a inovação estratégica. Jarkko Havas, Lead Insights & Analysis da Fundação Ellen MacArthur, explica que “um dos desafios para muitas empresas é entender os aspetos da economia circular e os fluxos de materiais. Por exemplo, qual é a participação da matéria-prima secundária na fabricação? Frequentemente, precisam de ajuda para entender o que são fluxos circulares de materiais e como usar os dados de que dispõem para avaliá-los. Tendo feito este exercício uma vez, é fácil fazê-lo uma segunda e uma terceira vez, a fim de acompanhar o progresso”.

“Com o E+C queremos entrar numa nova etapa que permita passar das intenções e das denúncias de insucessos à adoção de medidas concretas, reconhecidas e devidamente estimuladas”

ANTÓNIO SARAIVA
Presidente da CIP

O projeto será desenvolvido em quatro fases, onde se incluem a criação de um questionário transsectorial para avaliar o estado da arte da Economia Circular nacional, a organização de diversos *workshops* de âmbito setorial, regional ou por cluster de atividade e a implementação da metodologia Circulytics, desenvolvida pela Fundação Ellen MacArthur. Esta fase inclui ainda a formação e apoio na aplicação desta ferramenta a uma amostra representativa de empresas a nível nacional, sobretudo de base industrial e serviços. ■

QUANTO VALE O TALENTO FEMININO?

No âmbito do Projeto Promova, a CIP reuniu um conjunto de líderes empresariais para debater as melhores práticas pela igualdade de género nas empresas e as linhas de ação que permitam que o talento feminino não seja desperdiçado.

A igualdade de género nas empresas esteve em debate no Dia Internacional da Mulher, numa conferência organizada pela CIP – Confederação Empresarial de Portugal, em parceria com a Randstad. Uma iniciativa enquadrada no Projeto Promova, um programa de formação dirigido a mulheres em cargos de gestão que tem como objetivo fomentar a sua promoção a funções de topo nas empresas, e que segue já para a sua segunda edição. A ocasião serviu de mote para homens e mulheres partilharem as suas experiências e darem pistas no sentido do que consideram ser o melhor caminho para assegurar a convergência rumo à igualdade de género, em particular nos cargos de direção.

A realidade mostra que ainda há caminho a percorrer nessa matéria. Em Portugal, apenas 26,6% das empresas têm uma liderança feminina, abaixo da média europeia de 30%, e dos 40% considerados o mínimo para a paridade. As estatísticas indicam ainda que os quadros superiores masculinos ganham mais do que as mulheres com funções idênticas. Números apresentados pelo Presidente da CIP, António Saraiva, que salientou a necessidade de discussão de caminhos que levem à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, nomeadamente no acesso

a cargos de gestão, lembrando que “a diversidade das equipas de gestão, bem como o conhecimento e as competências, são os principais fatores de competitividade das empresas e, logo, da economia”.

Uma opinião cimentada por Jorge Magalhães Correia, Presidente do Conselho de Administração da Fidelidade que destacou que, nas empresas, “a igualdade de género não é apenas um imperativo ético”, mas sim “um imperativo de negócio. Um imperativo de sobrevivência e de sustentabilidade das empresas”.

Mas como pode então essa realidade ser alterada? Mudando comportamentos e mentalidades na gestão de topo. “Grande parte dos órgãos de decisão e de gestão são ainda compostos por homens e, portanto, é com eles que temos de fazer políticas, implementá-las e assumi-las nas empresas”, concretizou Isabel Barros, Presidente da Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição e vice-presidente da CIP. As conclusões de um estudo do Boston Consulting Group, citado pelo Presidente da Fidelidade, destacam a importância do envolvimento dos homens no tema. O inquérito, feito em 14 países a 16 mil trabalhadores, confirmou que é nas empresas em que os homens estão mais envolvidos em programas

de diversidade, de inclusão e igualdade de género que se registam maiores progressos.

LEI DAS QUOTAS: UM ACELERADOR TEMPORÁRIO PARA A PARIDADE

Foi precisamente com o objetivo de acelerar a paridade de género na gestão das empresas que o Governo introduziu, em 2017, a lei das quotas. A lei obriga à existência de, pelo menos, 33,3% de mulheres nos conselhos de administração e órgãos de fiscalização das empresas públicas e cotadas.

Uma medida entendida como positiva pela maioria dos líderes empresariais, mas apenas enquanto acelerador temporário da paridade. “Como mulher, jamais gostaria de estar num cargo por uma questão de quotas. Mas temos que ter aqui algum impulsionador – um ‘grilo falante’ nas nossas cabeças – para que isto não aconteça daqui a 130 anos e para que o consigamos fazer de forma mais rápida”, considera Isabel Vaz, CEO da Luz Saúde. Salvador de Mello, Presidente Executivo do Grupo José de Mello, é, contudo, da opinião que as quotas por si só “não são a solução para o problema” e que esta virá da própria progressão feminina. “As mulheres saem melhor preparadas da universidade e respondem melhor em entrevistas de emprego”, refere o responsável, dando como exemplo a CUF onde, nos últimos dois anos, mais de 80% do recrutamento foi feminino.

As desigualdades de género no emprego não se esgotam na progressão da carreira. Dados do Ministério do Trabalho mostram que as mulheres recebem, por ano, em média, menos 2.500 euros do que os homens, sendo que em

“A diversidade das equipas de gestão, bem como o conhecimento e as competências, são os principais fatores de competitividade das empresas”

ANTÓNIO SARAIVA
Presidente da CIP

“A paridade de género na gestão das organizações é reconhecida [...] como algo essencial ao crescimento económico e às boas práticas de sustentabilidade empresarial”

SANDRA RIBEIRO
Presidente da Comissão
para a Igualdade de Género

“[A ascensão de mais mulheres a cargos de liderança] vai ser acelerada por medidas legislativas, por políticas de discriminação positiva, mas também, inequivocamente, pelo talento”

PAULO MACEDO
Presidente da CGD

“Nenhuma mulher deseja chegar a um lugar ou promoção porque existe uma legislação que o determina: queremos fazê-lo pelo mérito”

PATRÍCIA VALENTE
Diretora de RH do grupo ANF

“É inegável que a diversidade contribui para maior produtividade, maior eficiência e melhores resultados para os acionistas”

JOSÉ MIGUEL LEONARDO
CEO da Randstad Portugal

cargos de chefia a diferença sobe para 9.000 euros. Uma realidade que não é exclusiva de Portugal e que levou mesmo a Comissão Europeia a publicar, recentemente, uma proposta de diretiva com vista à transparência salarial, através da divulgação pública dos salários de homens e mulheres nas mesmas funções. Uma proposta que merece, no entanto, reservas. Apesar de considerar “inaceitável” a discriminação salarial entre homens e mulheres, Isabel Vaz alerta para a dificuldade de operacionalização desta medida, lembrando que é “muito difícil saber o que são as mesmas funções”, sobretudo em cargos de direção.

Mas se os caminhos podem não ser óbvios, o objetivo é claro: as empresas não podem desperdiçar o talento feminino. “Sabendo que há um caminho

claro para percorrer, esta evolução vai ser acelerada. E vai ser acelerada por vários motivos: por medidas legislativas, por políticas de discriminação positiva, mas também, inequivocamente, por causa do talento. A base do conhecimento é essencial para as empresas. Porque as organizações precisam é de talento e de conhecimento”, nota Paulo Macedo, Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos. José Luís Arnaut, Presidente do Conselho de Administração da ANA – Aeroportos de Portugal salientou ainda que mais do que legislar, “o que é importante é, através das políticas, dos acordos de empresa e dos exemplos de gestão, criar flexibilidade relativamente à forma como se trabalha nas empresas e criar processos de seleção com práticas que mitiguem a discriminação”. ■

Ricardo Reis
Economista,
professor
e investigador
na London School
of Economics



“É incontestável que se podia ter gasto mais dinheiro, se fosse bem gasto”

É um dos mais conceituados economistas portugueses e acaba de ser distinguido pela Associação Económica Europeia, com o prémio bianual Yrjö Jahnsson, pelo “impacto profundo” do seu trabalho na macroeconomia. Em entrevista à Revista Indústria, Ricardo Reis não se mostra particularmente positivo quanto à recuperação da economia portuguesa em 2021 e critica o Governo pela falta de investimento público nos últimos anos. O professor e investigador na London School of Economics diz estarmos perante uma oportunidade de ouro para quebrar os fatores estruturais da falta de crescimento económico dos últimos 20 anos. Desde logo a proteção de grupos de interesse; a falta de tomada de riscos por parte da banca na concessão de crédito às empresas; e a falta de celeridade da justiça, nomeadamente nos processos de insolvência, cobranças e limpezas de dívida.

No terceiro trimestre do ano passado, a recuperação da economia portuguesa surpreendeu, pela positiva, logo após o levantamento das restrições mais severas à atividade económica. Podemos esperar semelhante reação quando o atual confinamento puder ser aliviado?

A resposta é um claríssimo sim. Mas não espero que, quer a quebra do primeiro trimestre de 2021, quer a recuperação no segundo trimestre, sejam tão acentuadas como foram no segundo e terceiro trimestres de 2020. Por um lado, já nos adaptámos – sobretudo os empresários – e, com isso, ganhámos a capacidade de, simplesmente, não fechar tudo mas continuar a produzir e a trabalhar a partir de casa. Estas transições tornaram-se mais oleadas, ganhámos experiência em fazê-las. Por outro lado, temos as cicatrizes que vêm deste período de confinamento – e que se estendem há já 12 meses – e que se vão acumulando. Com muito apoio público é certo, com muito esforço dos empresários e com muita capacidade de resiliência, mas que tem sofrido a natural erosão do tempo, com o acumular dos choques de confinamento, com a extensão desta crise. Diria, portanto, que não será de admirar que, gradualmente em 2021, e mesmo em 2022, tenhamos mais e mais empresas a chegarem a um ponto de colapso e a fecharem. E isso vai, com certeza, retraindo a atividade económica, no cômputo geral de 2021, para além destes efeitos de confinamento imediatos que referi.

Em 2020, quando tivemos a recuperação da atividade económica, os grandes motores foram a procura interna e a procura externa líquida. É de esperar que se mantenham?

Sim. Espero alguma recuperação do turismo no Verão e, portanto, que afete o terceiro trimestre de 2021, mas não estou especialmente otimista que assim seja.

“Espero alguma recuperação do turismo no Verão e, portanto, que afete o terceiro trimestre de 2021, mas não estou especialmente otimista que assim seja”

Temos previsões bastante díspares para o cômputo de 2021. Entre os 1,7% previstos pela OCDE e os 6,5% do FMI. Qual é a sua perspetiva?

Essas previsões são do final de 2020. Desde então muita coisa mudou. Tendo em conta a combinação do quão intensos foram os efeitos desta terceira vaga – passámos o primeiro trimestre confinados – e o tempo que está a demorar o processo de vacinação em Portugal, assim como na Europa, eu estaria consideravelmente mais pessimista do que o FMI. Mais próximo das

previsões da OCDE. Acredito que teremos alguma recuperação, 2021 nunca será tão mau como 2020. Mas, infelizmente, uma recuperação não muito robusta, sobretudo porque estou pessimista acerca do Verão. Se, de facto, Portugal conseguisse chegar a maio/junho com uma grande fração da população vacinada; se a nível internacional assistíssemos a uma maior abertura das fronteiras, pelo menos na União Europeia; então diria que, facilmente poderíamos chegar aos 4%. Mas como estou pessimista acerca disso aponto mais para os 2%, talvez 3%.

O mercado de trabalho tem aguentado com relativa resiliência o impacto da contração da atividade económica. Os números do desemprego têm ficado aquém da generalidade das previsões. O que antevê para 2021?

Os dados do emprego não são uma medida fiável para o que se está a passar, neste momento, na economia. Vão refletir a realidade quando as medidas públicas deixarem de achatar o indicador de forma tão intensa, impedindo-o de revelar o que se passa por baixo. Igualmente, talvez ainda mais extremo do que os dados do emprego, é o ritmo de falências. Não tenho dados para Portugal. Mas normalmente as falências crescem 5% a 10% numa recessão – dados para os EUA, Alemanha e Inglaterra. Na recessão de 2008, que foi uma recessão profunda, cresceram 20%. As insolvências em 2020 caíram 25% nestes países. Tivemos o ano de



maior sucesso da atividade económica? Obviamente que não. Na minha opinião, os dados do PIB são aqueles que, neste momento, são verdadeiramente fiáveis. Porque as falências e o desemprego vão-se ver em 2021 e em 2022, conforme estes apoios, muito custosos para o erário público, tiverem de ser removidos e a economia tiver que refletir e ajustar-se a essa nova realidade.

Em termos de apoios, um estudo recente do BCE concluiu que o estímulo orçamental de Portugal foi o terceiro mais baixo da zona euro, inferior a 3% do PIB, enquanto a média europeia foi de 4% do PIB. Foi o suficiente? Portugal tinha condições para apoiar a economia de forma mais determinada?

Claramente não foi suficiente. Podia ter-se dado mais apoio às famílias e às empresas que efetivamente precisaram, como também – como estamos a ver agora nesta terceira vaga – se podia ter investido mais na saúde, na educação, ou simplesmente na eficiência do programa de vacinação. Acho que é incontestável que se podia ter gasto mais dinheiro, se fosse bem gasto. Para gastar mal, de facto, é preferível que não. Mas do ponto de vista da sustentabilidade das finanças públicas, penso que não teria vindo mal ao mundo gastarmos mais 1% ou 2% do PIB, ainda que o fardo da dívida pública nunca nos permitisse ter o tipo de apoios que a Alemanha teve. Agora,

“Do ponto de vista da sustentabilidade das finanças públicas, penso que não teria vindo mal ao mundo gastarmos mais 1% ou 2% do PIB”

para se gastar depressa e bem também é preciso uma agilidade do setor público que não sei se temos em Portugal. Depois de cinco anos a cortar e a cativar no investimento público, era difícil reajustar a máquina para o oposto. E não quero com isto desculpar de forma alguma o Governo. Pelo contrário, quero culpá-lo. Porque, de facto, depois de cinco anos sem investir – e, no total, já há quase 10 anos – claramente houve dificuldades em fazê-lo.

Há cerca de um ano previa que será necessária uma grande contenção orçamental durante cinco a 10 anos. Mantém essa previsão?

Sim. Temos uma dívida pública alta e, para a pagar, estamos perante 10 anos de contenção orçamental. O que não significa que, em anos excecionais, como 2020 e 2021, não possamos puxar no sentido oposto, de forma a acudir às necessidades urgentíssimas. É por isso que são 10 anos e não quatro, de forma a podermos gerir melhor essas necessidades no tempo.

Essa contenção orçamental, durante esse período alargado de tempo, poderá vir a sufocar a recuperação?

Depende. Tão importante quanto o número do défice, é como é que ele é alcançado. Se, durante dez anos, continuarmos a ter: 1) zero de investimento público ou investimento público altamente distorcido. Ou seja, investimento que é planeado mas não executado de formas um pouco arbitrárias, como é o caso das cativações, cujos critérios de aplicação não são muito claros; investimento público que não seja em resposta aos acontecimentos, sem grande planeamento, e nem grandes perspetivas, como tivemos nos últimos anos. 2) a eterna ameaça de subida de impostos, sempre que há um mínimo de desvio orçamental. Aí, com certeza, será muito difícil. No entanto, espero que isto não se prolongue, mas antes, que tenhamos essa consolidação orçamental através da responsabilidade nas despesas, da estabilidade fiscal e de um investimento público robusto.

Qual a avaliação que faz do Plano de Recuperação e Resiliência em termos de planeamento das nossas prioridades de investimento?

É um bom contributo porque, pelo menos, compromete o país em relação a alguns eixos de investimento público. Infelizmente, em Portugal, os compromissos com Bruxelas são sempre tomados mais a sério do que os compromissos com o Parlamento e com os eleitores. Os compromissos de investimento público que surgem nos programas de governo, em períodos de eleições, é raro depois serem cumpridos. O que é estranho mas se tornou perfeitamente normal em Portugal. Os compromissos com Bruxelas, felizmente, são dos poucos que parecem

ser respeitados. Nesse sentido, ainda bem que assim é para trazer alguma estabilidade. Pelo menos nestes, sabemos que não serão cativados, cortados, não serão prometidos para depois nunca serem executados. Agora, se são aqueles

“Infelizmente, em Portugal, os compromissos com Bruxelas são sempre tomados mais a sério do que os compromissos com o Parlamento e com os eleitores”

os melhores investimentos é difícil prever. Existe um grande fascínio pelos grandes projetos, que custam muito dinheiro e que envolvem escolher alguns setores, quando não conseguimos prever o que será melhor daqui a quatro ou cinco anos. Gostava de ter uma estrutura um pouco mais ágil.

Como se posiciona entre os que argumentam que deve haver orientações de política económica que definam quais as atividades estratégicas para o futuro, para aí concentrar os recursos disponíveis, e os que defendem que deve ser o mercado a conduzir a afetação desses mesmos recursos?

A resposta a essa questão tem sempre que ver com a escala de que estamos a falar. Se na esquina de uma rua abre um restaurante ou um cabeleireiro, é óbvio que tem de ser o mercado a mandar. Se falarmos ao nível mais macro possível, como por exemplo, da rede de energia de um país, da transição climática ou da própria digitalização de toda a economia, aí o investimento público nas infraestruturas é crucial. Entre um e outro, existem imensos gradientes.

Têm existido muitas vozes críticas em relação à distribuição dos fundos do PRR, entre o público e o privado. Que avaliação faz desta distribuição?

Acho que não é sequer uma escolha, é uma consequência de escolhas passadas. Depois de quase 10 anos sem investimento – os últimos cinco de forma voluntária – de facto, não é difícil ver muitos sítios onde é preciso muito investimento público. Mas parece-me



existirem alguns exageros em escolhas demasiado micro. Portanto, em vários projetos, gostaria de ter visto mais fundos para o mercado. Colocando de uma forma ligeiramente diferente: em vez de público e privado, preferia que se colocasse a questão em termos de rigidez versus flexibilidade. Quantos desses programas é que são flexíveis no sentido de, daqui a três anos,

“Estou convicto, diria mesmo seguro, que as regras orçamentais europeias vão ser modificadas nos próximos 12 meses”

poderem ser alterados em termos da sua orientação e do seu foco, tendo em conta as realidades da economia portuguesa nessa altura? Hoje, não faltam previsões sobre o que vai ser o mundo pós-pandemia: onde é que as pessoas vão viver, como vão trabalhar, em termos de consumo energético, de apetência pelo turismo. Gostava que o plano fosse flexível de forma a permitir esses ajustes. Os mercados são mais flexíveis do que o público, e, portanto, um desejo de flexibilidade, normalmente, leva a um maior pendor para o privado em vez do público, embora isso não seja uma regra universal.

Já referiu que a crise pode ser o pretexto para implementar medidas estruturais. Que medidas estruturais seriam essenciais para a economia portuguesa?

Num contexto em que vai ser necessária uma reafetação de recursos dentro da economia, em que vai ser preciso permitir algumas empresas fecharem e outras abrirem no seu lugar - muitas vezes com o mesmo trabalhador e o mesmo empresário -, em que vai ser preciso alguns setores minguarem e outros expandirem-se, é a altura de tentar flexibilizar e agilizar a economia nesse sentido. O grande drama da nossa economia no século XXI - que tem levado ao pior desempenho do crescimento económico, nos últimos 21 anos, em mais de um século - é a nossa incapacidade de afetar recursos aos setores mais produtivos e às empresas mais ganhadoras, em vez da proteção de rendas e de grupos de interesse. Como tal, considerando que terá de existir uma enorme reafetação de »

© Leonardo Negrão/Global Images

“Temos uma dívida pública alta e, para a pagar, estamos perante 10 anos de contenção orçamental”



©Leonardo Negrão/Global Imagens

recursos como fruto da pandemia, acho que era uma grande oportunidade para deixarmos de ter intervenções públicas a protegerem grupos de interesse; para termos bancos a darem crédito às empresas, tomando riscos; para termos

“O grande drama da nossa economia no século XXI é a nossa incapacidade de afetar recursos aos setores mais produtivos e às empresas mais ganhadoras, em vez da proteção de rendas e de grupos de interesse”

uma justiça que permita insolvências, cobranças e limpezas de dívida rápidas; e uma maior capacidade de reafetação de pessoas no emprego. É preciso mais flexibilidade. Algumas empresas abusam dos trabalhadores usando o seu poder de mercado por falta de concorrência, e alguns trabalhadores abusam das empresas, ficando agarrados a cargos nos quais são completamente improdutivos, protegidos por diferentes leis. Ou seja, olhando para os fatores estruturais da falta de crescimento económico dos últimos 20 anos, concluímos que serão aqueles que vão estar sob enorme stress no próximo

ano e meio. Espero que esse stress leve a que quebrem e sejam substituídos por uma economia mais dinâmica e mais flexível.

Que oportunidades se poderão abrir, neste contexto de pós-pandemia, para as empresas portuguesas?

Imensas oportunidades. Porque existirão com certeza mudanças nos padrões de consumo. Além disso, existem mercados à procura de novos fornecedores. Este episódio da pandemia mostrou-nos que podemos trabalhar, transacionar e fazer negócios mais à distância. Portanto, o lado periférico da nossa geografia irá pesar menos do que possivelmente pesou nas últimas décadas ou mesmo séculos. Cada vez menos existe também a necessidade de investimentos em capital físico e mais em capital intangível, que exige menos investimentos avultados. Numa economia como a que tínhamos nos anos 60, em que para se ser competitivo precisávamos de investimentos fortíssimos na indústria, Portugal, com o seu défice de capital nunca conseguiu competir. Hoje em dia, e cada vez mais na economia pós pandemia, não são necessárias fábricas gigantes, que custam milhões, para ser altamente competitivo e rentável. E aqui todas as tecnologias alternativas são apenas a ponta do iceberg. Sinto-me encorajado pelo facto de, uma das poucas boas heranças da crise de 2010-2012, foi um enorme salto das exportações portuguesas e a integração de várias empresas em mercados internacionais altamente

competitivos. Passámos os últimos cinco/seis anos a aprender e a ganhar quotas de mercado. Espero que tenhamos, sobretudo, aprendido a grande lição que é procurar ser ágil nos mercados, procurar onde há oportunidades. E, sendo assim, não vão faltar oportunidades nos próximos anos tendo em conta o reajustamento da atividade económica.

Muito se tem alertado para os riscos que poderão surgir com o fim das moratórias de crédito. Partilha destes receios?

Num mundo ideal, teríamos na verdade muito mais insolvências do que aquelas que vamos ter. Teríamos um processo

“Num mundo ideal, teríamos na verdade muito mais insolvências do que aquelas que vamos ter”

com muitas insolvências, que permitissem às empresas limpar os seus balanços e recomeçar as suas atividades produtivas, rentáveis, sem o fardo da dívida destes dois anos. Ora, sabendo que esse processo de insolvências não existe, sabendo que as relações com os bancos são sempre difíceis, lentas, custosas, com perdas para os dois lados, é por isso que temos receio das insolvências e sabemos dos custos, dos prejuízos e da destruição de riqueza que elas causam. Por isso mesmo, o grande desafio no próximo ano, não

é tanto o receio da reorganização da atividade produtiva, que vai ter de acontecer, mas antes da eficiência da nossa economia em fazer esses ajustes. Em limpar a dívida, daquelas que herdaram essa dívida mas em que ela não indica de todo o que é a rentabilidade da empresa olhando para o futuro. Mas também, por outro lado, a capacidade de libertar recursos de setores que, de facto, não vão ser rentáveis no futuro, para outros setores que serão mais rentáveis. Novamente, é mais da falta de eficiência da nossa economia, do nosso sistema jurídico, do nosso sistema financeiro, em permitir esta realocação de recursos, que eu receio que será o grande teste da nossa economia, este ano e no próximo.

Mas isso traria custos para o setor da banca. Tivemos a experiência recente de termos uma grave crise na banca. Podemos reviver esses tempos?

Em vez de dar um sim ou um não a essa pergunta, deixe-me oferecer duas reflexões. Primeiro, pareceria estranho, de facto, que tendo em conta o contexto económico, os bancos não sofressem perdas. Afinal, o setor financeiro, supostamente, existe para financiar a economia. No entanto, se olharmos para os testes de stress à banca, portuguesa e europeia, a verdade é que não se adivinha uma crise financeira. E, pelo que observo, não é que esses testes estejam completamente desfasados ou sejam incompetentes. Como é que conciliamos essas duas observações? Conciliamos porque se olharmos para muitos bancos europeus o que descobrimos é que, em primeiro lugar, a sua carteira depende sobretudo da habitação e da construção e, em segundo lugar, as novas regulações que saíram da crise financeira, criaram nos bancos uma grande almofada para responder a crises. Daí a pouca rentabilidade dos bancos nos últimos 10 anos e, ao mesmo tempo, contribuíram também para que os bancos tomassem muito poucos riscos nos empréstimos às empresas. Ou seja, se os preços das casas não caírem e o setor da construção estiver bem – e relembro que o setor da construção no último ano está em grande expansão – parece que, de facto, os bancos vão estar bem. Se os preços das

“Gastamos menos tempo a discutir se é boa ideia investir os nossos recursos aqui ou ali, do que a pensar se em Bruxelas entra na célula C2 ou na célula D4. É uma distorção enorme de como se faz política em Portugal”

casas baixarem, aí muda completamente a conversa em relação à saúde dos bancos. Agora, conclusões daqui: 1) a carteira de crédito dos bancos está hoje em dia muito devotada à construção e ao imobiliário; 2) não deixa de ser uma boa altura para perguntar se toda aquela regulação financeira, que tantos aplaudiram, durante mais de uma década, não implicou, como descobrimos agora, que neste momento os bancos estão divorciados da atividade das empresas. Os bancos são altamente aversos aos riscos. Não sei se é este o sistema financeiro ideal para uma economia. Com certeza que não o é para as empresas.

Os líderes europeus começam a discutir esta Primavera quando e como iremos retomar as regras orçamentais europeias. Tem receio de um “regresso à normalidade” demasiado prematuro?

Não receio um regresso à normalidade no sentido em que estou convicto, diria mesmo seguro, que as regras vão ser modificadas nos próximos 12 meses.

“Se os preços das casas baixarem, aí muda completamente a conversa em relação à saúde dos bancos”

As regras antigas, claramente, não são apropriadas para o momento atual. Foram altamente postas em esforço já na última década. Há neste momento, parece-me, uma convicção nos órgãos europeus para se reverem as regras. Como é que isto vai funcionar na arena política? Como sabemos as discussões na arena política da Europa são sempre

algo imprevisíveis e têm um enorme enviesamento para manter o status quo, acrescentando mais uns retalhos à manta de retalhos que já existe em vez de reescrever as regras. Não sou analista político para prever se vai ser diferente nessa altura. Mas parece-me que, com certeza, vão ser mudadas. Tendo em conta que Portugal será certamente dos países mais afetados, seria bom que a Presidência portuguesa estivesse neste momento a fixar essa agenda. Não o tenho visto.

E quais poderão ser as orientações dessas novas regras?

Primeiro, a regra dos 60% da dívida pública está completamente ultrapassada. Ter uma regra que fala em 60% da dívida pública quando não há nenhum país da Europa que, no final de 2021, tenha a dívida pública em 60% do PIB... Mas, para além disso, todos os cálculos para o défice e as negociações à décima.... Penso que o melhor exemplo é o enorme vício que temos tido na discussão de finanças públicas em Portugal – e ao qual todos os portugueses já se habituaram e nem sequer questionam – que é, quando falamos da TAP, do Novo Banco ou dos apoios às empresas, surge uma discussão quase surreal: isto entra ou não nas contas para o défice? Os portugueses perdem o dinheiro da mesma forma. Mas gastamos menos tempo a discutir se é boa ideia investir os nossos recursos aqui ou ali, do que a pensar se em Bruxelas entra na célula C2 ou na célula D4. É uma distorção enorme de como se faz política em Portugal. A quantidade de vezes em que, nos últimos anos, gastámos centenas de milhões dos portugueses em decisões importantíssimas para o nosso futuro, para o encargo fiscal que todos suportamos, e as distorcemos de formas inacreditáveis para entrarem numa célula em vez de outra numa folha de excel da Comissão Europeia... É claramente algo que não devia acontecer e onde espero que venha a existir maior sanidade económica. Nenhum empresário governa a sua empresa desta forma: a pensar o que é que conta para aqui ou para ali, em vez de pensar simplesmente se é rentável ou não. ■

Empresas na linha da frente da pandemia

Perante a maior crise de saúde pública e económica das últimas décadas, a sociedade foi posta à prova para responder a desafios inesperados e que exigiram resposta imediata. Desde a primeira hora na linha da frente, as empresas tiveram e continuam a ter um papel essencial neste combate.

A indústria farmacêutica uniu esforços e desenvolveu uma vacina em tempo recorde assegurando, em simultâneo, as cadeias de distribuição de equipamentos e medicamentos essenciais à saúde pública. No retalho, produtores, indústria, logística, transportes e lojas ultrapassaram desafios e trabalharam em conjunto para garantir o normal aprovisionamento de bens alimentares e não só.

As farmácias asseguraram a entrega de medicamentos hospitalares ao domicílio e podem vir a desempenhar um papel fundamental no processo de vacinação e na tão desejada imunização de grupo. Nos hospitais, público e privados trabalharam lado a lado para garantir que nenhum doente fica para trás. E nas fábricas, escritórios, e em cada espaço comercial, há um trabalho que é feito diariamente para garantir o controlo da pandemia, sem deixar morrer a economia.

Estes são apenas alguns exemplos de como o setor privado se adaptou e contribuiu para esta luta, que é global.



Pfizer e a vacina da esperança

Em menos de um ano, a Pfizer e a BioNTech desenvolveram uma vacina para a prevenção da COVID-19. Um processo realizado em tempo recorde e que veio trazer esperança no combate à pandemia.

No final de 2020, o mundo respirou de alívio com a notícia da aprovação da vacina desenvolvida pela Pfizer e pela BioNTech. Um 'milagre' realizado em cerca de nove meses e que deverá garantir a distribuição a nível global de dois mil milhões de doses de vacinas em 2021.

"Fizemos algo nunca feito anteriormente: ter uma vacina desenvolvida, produzida e aprovada em menos de um ano", comentou Paulo Teixeira, Diretor-Geral da Pfizer Portugal. Um feito "só possível graças ao esforço sem precedentes por parte das Companhias, centenas de investigadores dedicados e um espírito colaborativo entre as Companhias, as Agências Reguladoras e os Governos", acrescentou.

Perante a crise sanitária, a Pfizer e a BioNTech – que, desde 2018, já trabalhavam conjuntamente numa outra vacina baseada na tecnologia de RNA mensageiro – iniciaram uma colaboração para a investigação e desenvolvimento de potenciais vacinas para a prevenção da COVID-19. Uma missão que contou com

alguns obstáculos. "O facto de estarmos a atravessar uma crise de saúde global, com redução de atividade industrial e a consequente limitação de matérias-primas, aliada à urgência de se encontrar uma solução, foram sem dúvida os nossos principais desafios", conta Paulo Teixeira.

Ao mesmo tempo que concentrava esforços no desenvolvimento de uma vacina, a Pfizer teve também de assegurar o normal funcionamento da cadeia de produção e distribuição de outros medicamentos e vacinas, alguns deles de utilidade terapêutica crítica para milhões de doentes em todo o mundo.

Garantidos estes objetivos, a Pfizer e a BioNTech assumiram "o risco de iniciar a produção desta vacina em julho, de forma a assegurar que, caso esta demonstrasse eficácia e segurança e fosse aprovada, existiria já alguma quantidade para iniciar, ainda em 2020, o processo de vacinação". Nesta etapa, os principais desafios passaram por garantir a disponibilidade de matérias-primas e fornecedores, gerir



"Uma das grandes vantagens desta tecnologia de RNA mensageiro é ser possível fabricar em laboratório, com base na sequenciação da nova variante, uma nova vacina em apenas algumas semanas"

PAULO TEIXEIRA,
Diretor-Geral da Pfizer Portugal

a capacidade de produção e preparar antecipadamente a cadeia de distribuição. Tudo para que, após a aprovação, estivesse em condições de, rapidamente, iniciar a entrega das vacinas aos diferentes países.

A necessidade de atualizar a vacina para novas variantes

do vírus não está no entanto descartada. Ainda assim, como explica o Diretor-Geral da Pfizer Portugal, "uma das grandes vantagens desta tecnologia de RNA mensageiro é ser possível fabricar em laboratório, com base na sequenciação da nova variante, uma nova vacina em apenas algumas semanas". ■



3,5
milhões de euros

Desde o início da pandemia, os apoios da APIFARMA e das suas associadas no combate à crise sanitária superaram os 3,5 milhões de euros.

APIFARMA: O milagre das vacinas (e não só)

Em menos de um ano, a indústria farmacêutica desenvolveu vacinas contra a COVID-19. Um feito inédito que veio dar uma nova esperança no combate à atual crise sanitária.

"Assistir à imunização de milhões de europeus, menos de um ano após a descoberta da COVID-19, é uma incrível conquista científica, de produção e logística"

APIFARMA

A indústria farmacêutica tem estado em várias frentes da luta no combate à pandemia. O feito inédito de desenvolver vacinas contra a COVID-19 em menos de um ano começou a mostrar a luz ao fundo do túnel no combate à crise sanitária. Mas o papel do setor nesta batalha não fica por aqui.

Uma missão e contributo "sem precedentes" que só foi possível devido à mobilização e cooperação da indústria, como explicou a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (APIFARMA). "Os nossos associados mobilizaram equipas de investigação, partilharam conhecimento e colaboraram com a academia e com institutos públicos de investigação, o que permitiu acelerar a descoberta e disponibilizar ao mundo diversas soluções para enfrentar a pandemia".

A APIFARMA associou-se ao esforço conjunto de Portugal e do governo português no âmbito da iniciativa europeia "Resposta Global à COVID-19", com um donativo financeiro de 500 mil euros. O projeto, da Comissão Europeia, permitiu acelerar o desenvolvimento, a produção e o acesso equitativo a vacinas, diagnósticos e tratamentos.

"Assistir à imunização de milhões de europeus, menos de um ano após a descoberta da COVID-19, é uma incrível conquista científica, de produção e logística, só possível devido à cooperação entre as instituições da União Europeia, governos, sistemas de saúde, reguladores e indústria farmacêutica. E este é o maior fator de esperança para que possamos regressar à normalidade", sublinhou a mesma fonte oficial.

No total, e desde o início da pandemia, os apoios da APIFARMA e das suas associadas no combate à crise sanitária superaram os 3,5 milhões de euros. Deste valor, mais de 1,1 milhões de euros foram destinados ao Fundo de Apoio Financeiro "Todos Por Quem Cuida" – iniciativa criada em conjunto com a Ordem dos Médicos e a Ordem dos Farmacêuticos – para aquisição de equipamento hospitalar, equipamento de proteção individual e outro material necessário a todos os profissionais que combatem a COVID-19.

Foi ainda realizado um donativo financeiro, de cerca de 1,1 milhões de euros, para apoiar diversas entidades como o Serviço Nacional de Saúde, autarquias, instituições de ensino, prestadores de serviços de saúde particulares, organizações não governamentais, associações de doentes, entre outras.

Perante os riscos de rutura das cadeias de abastecimento, nomeadamente no início da pandemia, o contributo do setor foi ainda essencial para garantir o eficaz aprovisionamento de medicamentos e meios de diagnóstico, através de rigorosos planos de contingência. ■

alcance o seu verdadeiro potencial



Apoiamos a
igualdade, inclusão
e diversidade de género
no mundo do trabalho

Acreditamos em si

#EstamosAqui
www.randstad.pt

 randstad

Retalho cumpriu missão “alimentar Portugal”

Apesar da procura fora do comum no retalho alimentar, logo no início da pandemia, o setor conseguiu garantir que não faltavam bens essenciais e de primeira necessidade aos portugueses.

O setor do retalho foi posto à prova logo no início da pandemia com o aumento da procura e perturbações nas cadeias de abastecimento. Um teste que passou com nota positiva, nunca tendo faltado bens essenciais e de primeira necessidade aos consumidores portugueses. Para Gonçalo Lobo Xavier, Diretor-Geral da APED – Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição, a crise sanitária “veio demonstrar, uma vez mais, que o setor do retalho, e aqui falamos tanto de retalho alimentar como de retalho especializado, constitui uma das áreas mais estratégicas para a economia nacional”.

Em pouco tempo, o setor conseguiu adaptar todas as operações logísticas aos desafios do aumento da procura, principalmente nos primeiros meses do confinamento. O segredo? “O esforço conjunto de toda a cadeia logística e de fornecimento e o sentido de missão que todos tivemos com um único foco: alimentar Portugal”, apontou Gonçalo Lobo Xavier. Outra das chaves do sucesso destacadas pelo Diretor-Geral da APED foi “o grande espírito de compromisso e de entrega

dos colaboradores registado no retalho alimentar”.

Um dos efeitos visíveis da capacidade das empresas de distribuição alimentar em se ajustarem, rapidamente, à nova realidade trazida pela pandemia, foi o aprofundamento da colaboração com a produção nacional. Face às circunstâncias, os diferentes atores demonstraram capacidade de resiliência e, em simultâneo, de alinhamento entre todos os intervenientes da cadeia de abastecimento: produtores, indústria, logística, transportes, operações nos entrepostos e em loja. “São parcerias de longa data, consistentes e consolidadas ao longo do tempo que, perante um desafio tão grande e tão imprevisível, permitiram que a cadeia de abastecimento continuasse a funcionar e os consumidores encontrassem os produtos que desejavam nas suas lojas”.

Outro dos grandes desafios das associadas da APED foi a necessidade de assegurar todas as condições de higiene e segurança a clientes, trabalhadores e fornecedores. Só em Portugal, em 2020, o investimento das insígnias

Só em Portugal, em 2020, o investimento das insígnias do retalho alimentar e não alimentar em higiene e segurança foi de mais de 30 milhões de euros

GONÇALO LOBO XAVIER,
Diretor-Geral da APED

do retalho alimentar e não alimentar em higiene e segurança, incluindo equipamentos de proteção individual e álcool gel, foi de mais de 30 milhões de euros.

Esta aposta na higienização e segurança é para manter e não fica apenas pela disponibilização de produtos. De acordo com o Diretor-Geral da APED, o setor continua a investir na criação de condições para que se recorra, cada vez com maior frequência, a meios de pagamento “contactless”. ■



Operação Luz Verde chegou a mais de 12 mil doentes

No primeiro estado de emergência, quase três mil farmácias mobilizaram-se para garantir a entrega de medicamentos hospitalares a mais de 12.500 pessoas com doenças severas.

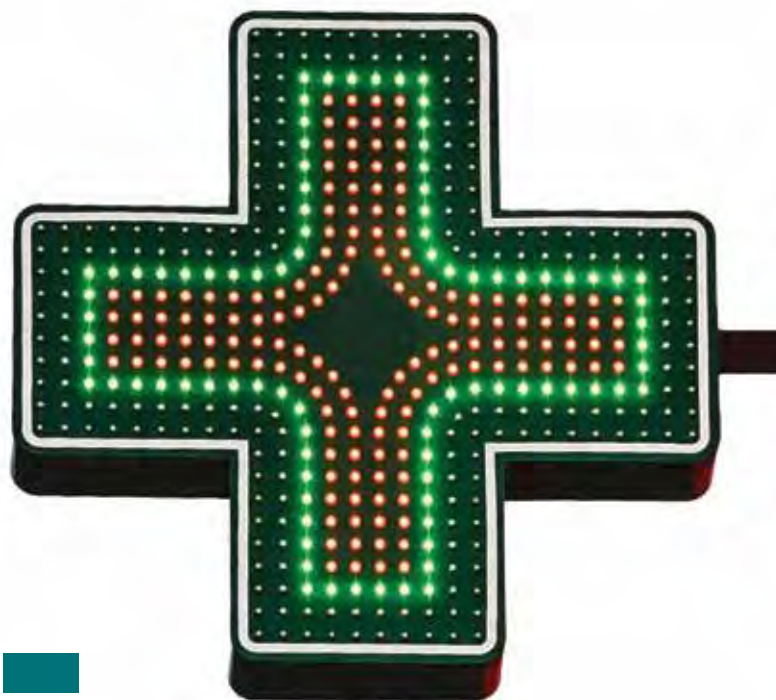
Em março de 2020 o mundo mudou. A COVID-19 forçou ao confinamento de milhões e criou desafios nunca antes vividos. Foi o caso da dispensa de medicamentos hospitalares. Para dar uma resposta de emergência a este desafio, o setor farmacêutico lançou a Operação Luz Verde (OLV), uma iniciativa que garantiu a entrega de medicamentos nas farmácias comunitárias, ou no domicílio, a mais de 12 mil doentes.

Desenhado para responder ao primeiro estado de emergência, entre 24 de março e 31 de maio, este projeto tem como objetivo dar assistência aos milhares de doentes com HIV-Sida, hepatite, transplantados, esclerose múltipla e outras doenças severas ou incapacitantes. “Para estes doentes, muitas vezes com o sistema imunitário debilitado, as deslocações aos hospitais para levantar medicamentos, para além de incómodas, constituíam um risco insuportável, dado o contexto de pandemia”, explicou a Associação Nacional das Farmácias (ANF).

A OLV, que contou com a liderança institucional da Ordem dos Farmacêuticos e da Ordem dos Médicos, bem como a participação ativa de mais de 20 associações de doentes, mobilizou 2.923 farmácias, 33 hospitais e os 5 maiores distribuidores de medicamentos. Só no período do primeiro estado de emergência, a iniciativa permitiu 14.743 dispensas de medicamentos hospitalares a 12.519 doentes. Um número que continua a aumentar.

“As farmácias continuam a colaborar com todos os hospitais que lhes têm solicitado dispensas de medicamentos sem abdicar do acompanhamento farmacêutico próximo e qualificado”, garantiu a ANF. “O serviço evita deslocações de centenas de quilómetros por parte dos doentes aos hospitais, sem necessidade clínica, sem perda de dias de trabalho e, por isso, continua a ser muito solicitado”, acrescentou. Nove em cada 10 doentes da OLV pretendem continuar a aceder aos medicamentos na farmácia da sua escolha, mesmo após o cenário pandémico.

O papel das farmácias no cenário do combate à pandemia não se esgota, no entanto, na OLV. Atualmente, cerca de 400



“A rede de farmácias tem capacidade para vacinar, em todo o território, entre 400 mil e meio milhão de pessoas por semana”

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS FARMÁCIAS

farmácias já se encontram registadas nas entidades de saúde (ERS, SINAVE e INSA) para vender testes rápidos à COVID-19. Além disso, as farmácias portuguesas podem vir a desempenhar um papel de destaque no processo de vacinação. Um passo que, para a ANF, faria sentido tendo em conta a vasta experiência das farmácias no serviço

de administração de vacinas. “A rede de farmácias tem capacidade para vacinar, em todo o território, entre 400 mil e meio milhão de pessoas por semana, o que a torna especialmente qualificada para atingirmos a imunização da população contra a COVID-19, em complemento à intervenção do SNS”. ■

Trivalor cria solução integrada no combate à pandemia

A Trivalor criou uma solução integrada para apoiar os seus clientes no combate à COVID-19. O projeto chama-se COVID ZERO e tem ajudado empresas de todos os setores a retomar a sua atividade em segurança.

Em março de 2020, a Trivalor percebeu a necessidade de especializar e adaptar produtos e serviços com o objetivo de apoiar os seus clientes perante um cenário até então desconhecido. “Desde esse momento, pareceu-nos evidente que, face à ameaça que a pandemia já representava, seria tanto mais útil como eficaz, contribuir com uma oferta multidisciplinar, agregada e completa, dos nossos serviços para o seu combate, prevenção e segurança”, explicou fonte oficial da empresa.

O que preocupa as empresas?

Foi com esta questão em mente que a *holding*, especializada no segmento de *Business & Facility Services* – com empresas a operar em áreas tão diversas como saúde ocupacional e segurança do trabalho, higiene e sustentabilidade ambiental, segurança, serviços de refeições, incluindo *take-away* e *delivery*, soluções *paperless*, etc – e que conta com mais de 22.000 colaboradores, reuniu um conjunto de reputados profissionais em diferentes áreas empresariais e de saúde para encontrar as melhores soluções.

O resultado é um vasto leque de serviços que procuram apoiar os negócios neste cenário de incerteza, garantindo a segurança de clientes e colaboradores.

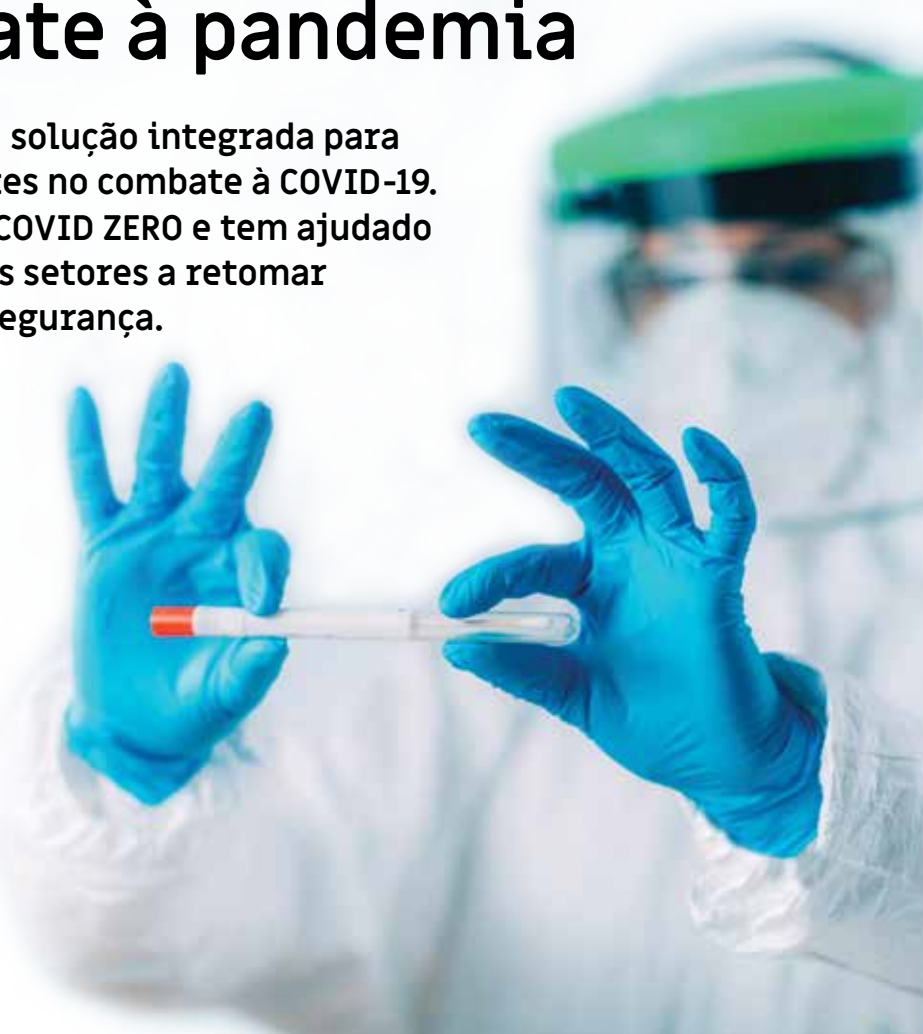
Fonte oficial da empresa explica que a procura tem variado consoante as orientações dadas pela Direção-Geral da Saúde. “Enquanto no início eram procurados, sobretudo, equipamentos de proteção individual, como máscaras, viseiras e álcool gel, e planos de contingência em cenário de pandemia, hoje, a grande preocupação das empresas está focada

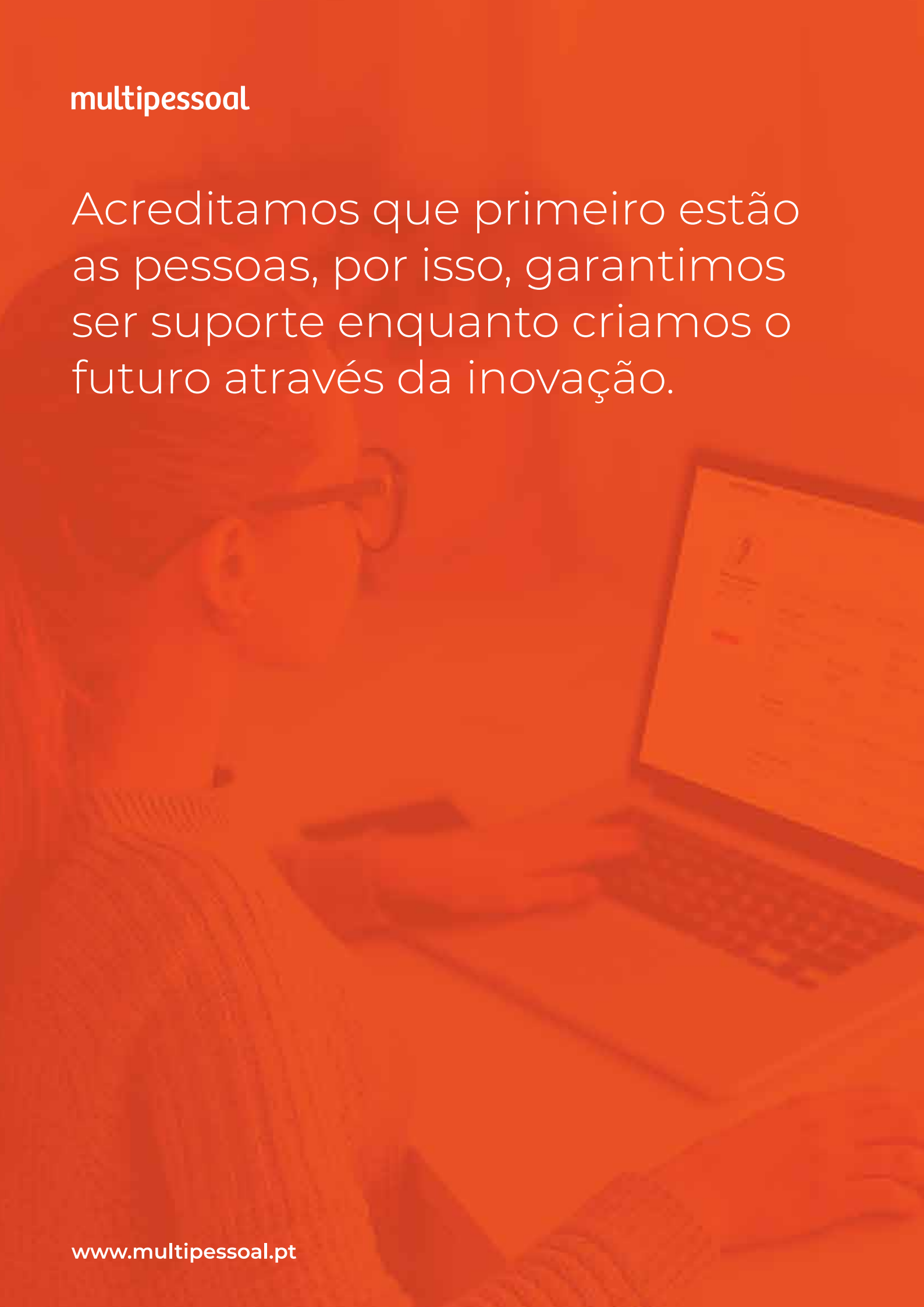
na realização de testes de uma forma periódica e no controlo das medidas de mitigação à COVID-19 nos locais onde estão os seus colaboradores ou clientes” detalhou a empresa.

A procura tem sido transversal aos vários setores de atividade, com destaque, no entanto para a indústria e para o setor da construção.

As empresas Trivalor têm demonstrado a sua capacidade de antecipar as necessidades dos clientes, adaptando a sua oferta de forma rápida e eficaz. Essas respostas têm sido

dadas através dos serviços de saúde e segurança do trabalho (VivaMais), desinfecção de espaços (Iberlim), implementação de sistemas de controlo de temperatura e controlo de tráfego em espaços públicos (Strong Charon), e ainda através da oferta global de todo o tipo de produtos para mitigar a transmissão da COVID-19 (Sogenave). “O nosso foco é estarmos ao lado dos nossos parceiros, clientes e consumidores nesta batalha, porque sabemos que todos somos agentes de saúde pública”, rematou a Trivalor. ■



A person with glasses is shown from the side, looking at a laptop screen. The image is heavily overlaid with a solid orange color, which also serves as the background for the text. The person is wearing a light-colored sweater. The laptop screen displays some text and graphics, though they are not clearly legible due to the overlay.

multipessoal

Acreditamos que primeiro estão as pessoas, por isso, garantimos ser suporte enquanto criamos o futuro através da inovação.

Hospitais: a saúde de mãos dadas

Os hospitais privados apresentaram-se, desde a primeira hora, disponíveis para participar na luta nacional contra a COVID-19. Perante o atual cenário, foram forçados a reinventar-se.

Os hospitais privados e públicos têm trabalhado de mãos dadas na luta contra a pandemia. Desde março de 2020, as unidades hospitalares privadas “receberam os doentes que o Serviço Nacional de Saúde entendeu encaminhar, com uma ocupação diária elevada das centenas de camas contratualizadas”, de acordo com Óscar Gaspar, Presidente da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP).

A colaboração entre privados e público no campo da saúde não se restringiu, no entanto, apenas à afetação de camas para doentes COVID-19. Foram cedidos equipamentos, desde logo ventiladores, disponibilizados espaços para cirurgias e internados doentes não COVID. Foram ainda cedidos hospitais ou enfermarias para necessidades várias, “como aconteceu quando houve uma rutura na rede de oxigénio do hospital Amadora-Sintra”, sem esquecer “o acolhimento à equipa alemã que veio apoiar os hospitais públicos”, relembrou o responsável.

Além do apoio ao SNS, os hospitais privados continuaram a desenvolver a sua missão de prestação

de cuidados de saúde a quem os procura a título privado, mantendo total disponibilidade para receberem e tratarem doentes infetados, ou com suspeitas de doença, que procuraram estas unidades por iniciativa própria.

Na primeira fase da pandemia, os hospitais privados afetaram 354 camas especificamente para doentes COVID-19. Com o agravamento da situação, a partir de dezembro, foram reforçados os pedidos de colaboração por parte dos hospitais do SNS, nomeadamente na região de Lisboa e Vale do Tejo. “Nesta fase, os hospitais privados deram o máximo de capacidade possível”, sublinhou o presidente da APHP, revelando ainda que entre janeiro e março deste ano houve, pelo menos, 14 hospitais privados em apoio direto aos hospitais do SNS, com cerca de 900 camas contratualizadas.

O atual cenário de pandemia obrigou a uma revolução na vida e gestão dos hospitais. “A prática hospitalar é hoje bem distinta do que acontecia até ao início de 2020 e tal também cria constrangimentos para a recuperação da atividade”,



“Como a saúde dos portugueses não pode esperar, o sistema e as instituições de saúde têm que se reinventar para retomar a atividade assistencial e não deixar ninguém para trás. Os hospitais privados assumem a sua parte neste compromisso”

ÓSCAR GASPAR
Presidente da APHP

confessa Óscar Gaspar. Para responder à nova realidade, a higienização dos espaços foi reforçada e houve necessidade de adaptar os espaços físicos para cumprir as medidas de distanciamento.

Outra alteração considerada “muito significativa” por Óscar Gaspar foi o recurso às Tecnologias de Informação

e Comunicação, que permitiu um número inédito de teleconsultas. “Como a saúde dos portugueses não pode esperar, o sistema e as instituições de saúde têm que se reinventar para retomar a atividade assistencial e não deixar ninguém para trás. Os hospitais privados assumem a sua parte neste compromisso”, concluiu. ■

O MAR PODE ALAVANCAR A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA



Manuel Tarré,
Presidente do Conselho Estratégico
para a Economia do Mar da CIP

“Ninguém (...) compreenderá se o mar não tiver o devido destaque no processo de recuperação da economia nacional e europeia”

O Conselho Estratégico para a Economia do Mar da CIP, a que presido, está convicto que o mar e as suas indústrias têm a capacidade de alavancarem a recuperação económica do país. Sou também presidente da ALIF e empresário da indústria alimentar do mar e sei, por experiência própria, como as exportações deste setor aumentaram significativamente ao longo da última década. Uma das vantagens adicionais da economia do mar é a de englobar muitas outras indústrias para além da fileira alimentar, como a construção naval, portos, marinha mercante, defesa, cabos submarinos, robótica, biotecnologia e turismo, que são também atividades económicas potenciadoras da necessária retoma económica do país.

Fui sensível ao pedido efetuado pelo Presidente da Direção da CIP, António Saraiva, para liderar o Conselho Estratégico para a Economia do Mar pois a consciência dos extremos desafios que a economia nacional enfrenta não me são indiferentes e a resposta que a economia do mar pode dar é fundamental para o futuro socioeconómico e ambiental do país.

Num mundo em profunda transformação, com múltiplos desafios em todos os setores, urge uma abordagem pragmática que se foque em relevantes desafios para a valorização do mar e se faça ouvir junto dos decisores nacionais e internacionais. Neste contexto, o primeiro passo do Conselho Estratégico para a Economia do Mar foi auscultar os seus membros na tentativa de selecionar um grupo focado de temas/desafios como

a base da intervenção deste Conselho no apoio à Direção da CIP. A referida auscultação apurou três temas que são grandes desafios: i) atingir a sustentabilidade da atividade humana no mar com o apoio da revolução tecnológica em curso; ii) valorizar os agentes ligados ao mar (investidores, empresários, trabalhadores marítimos, cientistas...) e iii) fiscalidade promotora de investimento e desenvolvimento sustentável.

O futuro sustentável do mar depende também do sucesso da revolução tecnológica em curso. A revolução tecnológica azul deve ser orientada para o desenvolvimento das empresas, para a melhoria das condições de trabalho e para a preservação dos oceanos. Neste contexto, as decisões de investimento devem estar alinhadas com os objetivos de economia circular do “Green Deal”. A título de exemplo, a revolução tecnológica pode contribuir em muito na construção e adaptação de navios que ajudem no processo de descarbonização. Adicionalmente, a acelerada transformação da internet e comunicação digital abre múltiplas oportunidades à Economia do Mar.

Representando Portugal mais de metade da área acumulada das Zonas Económicas Exclusivas Marítimas localizadas na Europa, de países pertencentes à União Europeia, ninguém, em Portugal e na Europa, compreenderá se o mar não tiver o devido destaque no processo de recuperação da economia nacional e europeia. ■

Em Portugal e no mundo, a economia continua suspensa da evolução da pandemia

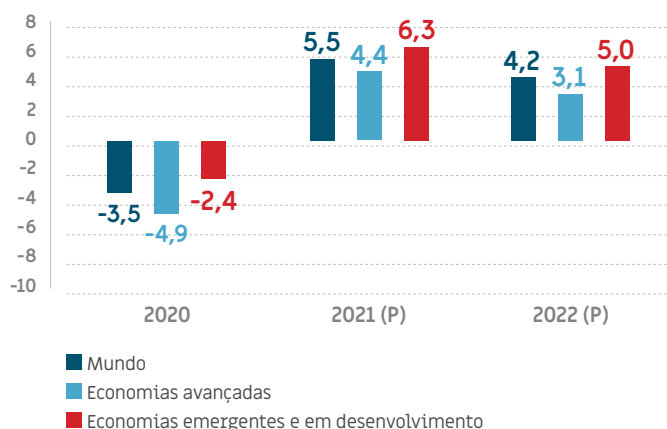
ENVOLVENTE INTERNACIONAL

APESAR DE UM INÍCIO DO ANO NEGATIVO NA EUROPA, AS EXPECTATIVAS DE RETOMA PERSISTEM

Em janeiro, o FMI voltou a rever em alta as suas previsões, refletindo os resultados estimados para 2020, menos negativos do que o antecipado, bem como as expectativas de um fortalecimento da atividade impulsionado pelo início da vacinação e pelas medidas adicionais de apoio em algumas grandes economias.

PIB no mundo, economias avançadas e em desenvolvimento (variação real em %)

2020 a 2022 (P=Previsão)



Fonte: FMI

De acordo com as estimativas do Eurostat para o quarto trimestre de 2020, a recuperação económica foi interrompida, com o PIB a diminuir 0,7% na área do euro e 0,5% na União Europeia (UE) em comparação com o trimestre anterior. Em termos homólogos, a contração da atividade económica agravou-se para 4,9% na área do euro e para 4,6% na UE (após 4,2% e 4,1%, respetivamente, no segundo trimestre). Entre as economias de maior dimensão, França e Itália regressaram a taxas de crescimento negativas, em cadeia (-1,4% e -1,9%, respetivamente). Alemanha e Espanha registaram crescimentos de apenas 0,3% e 0,4% relativamente ao trimestre anterior.

Apesar da contração do PIB na UE em 2020 (-6,2%) ter sido um pouco menos profunda do que apontavam as projeções de novembro, a Comissão Europeia estima que, devido à reintrodução de medidas de contenção, a economia europeia tenha iniciado o novo ano numa base mais fraca do que o antecipado. No entanto, espera-se que o levantamento gradual dessas medidas, tornado possível pelos resultados das campanhas de vacinação, leve a uma retoma da atividade económica, ainda moderada, no segundo trimestre, e mais vigorosa no terceiro trimestre. Neste pressuposto, as projeções do crescimento do PIB foram revistas em baixa para 2021 (para 3,7%) e em alta para 2022 (para 3,9%).

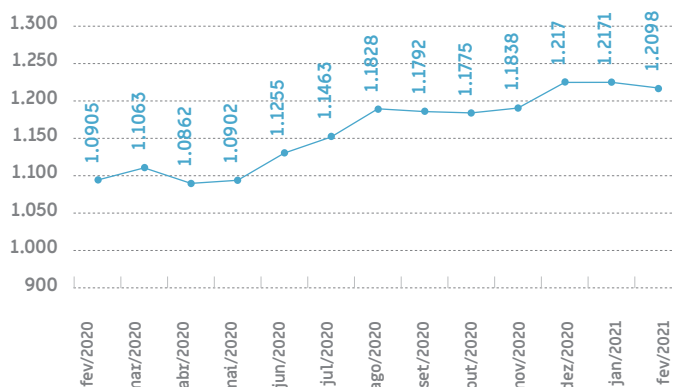
COTAÇÕES INTERNACIONAIS

EURO MENOS FORTE, DEPOIS DOS MÁXIMOS DO INÍCIO DO ANO

Em dezembro, o euro retomou a tendência de apreciação face ao dólar dos Estados Unidos, chegando a cotação a ultrapassar momentaneamente os 1,23 dólares por euro, na segunda semana de janeiro. A partir daí, a tendência foi interrompida e em março a cotação desceu já abaixo dos 1,20 dólares por euro.

Taxa de câmbio EUR/USD (média mensal)

Fevereiro 2020 a fevereiro 2021



Fonte: Banco de Portugal »

PORTUGAL

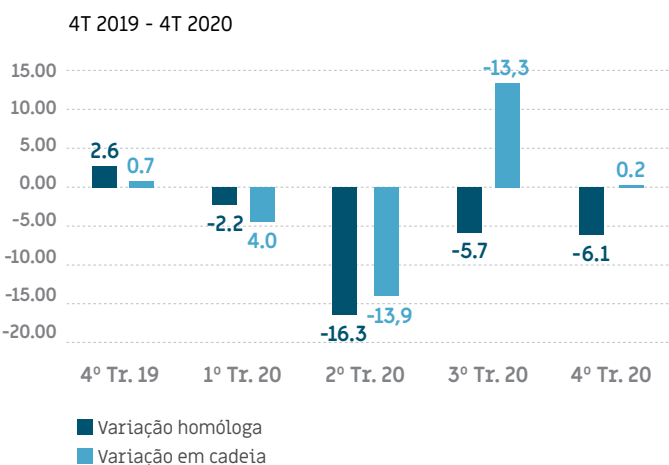
ATIVIDADE ECONÓMICA EM REGRESSÃO, MAS PREVÊ-SE QUE VOLTE A RECUPERAR NO SEGUNDO TRIMESTRE

Atividade económica

No quarto trimestre de 2020, a dinâmica de retoma dissipou-se, com a reintrodução de restrições a atividades e à mobilidade, na sequência do agravamento da pandemia, tanto a nível nacional como na Europa. Contudo, ao contrário da média europeia, Portugal resistiu a uma nova queda em cadeia do PIB - ver gráfico 4.

GRÁFICO 4

PIB - variação homóloga e em cadeia (em volume, %)



A travagem no processo de recuperação deveu-se sobretudo à evolução negativa do consumo privado (com exceção dos bens alimentares), mas também a um comportamento muito menos favorável das exportações.

De assinalar ainda, no quarto trimestre, a resistência do investimento à crise, suportado pelo bom desempenho da FBCF em construção, que quase compensou a contração das restantes componentes.

Na ótica da produção, só o comércio, alojamento e restauração piorou o seu desempenho relativamente ao terceiro trimestre, agravando a queda homóloga do respetivo VAB de 9,6% para 10,6%. Contudo, na generalidade dos restantes ramos de atividade, as melhorias foram ténues, em comparação com o verificado no terceiro trimestre. A construção continuou a resistir, com um aumento do VAB de 4,6%.

Os indicadores mensais mostram que o ritmo de recuperação perdeu força, nos últimos meses, sendo já nítida, em janeiro, para todos os ramos de atividade, uma clara degradação do volume de negócios - ver gráfico 5.

Evolução do PIB na ótica da procura

(taxas de variação homóloga)

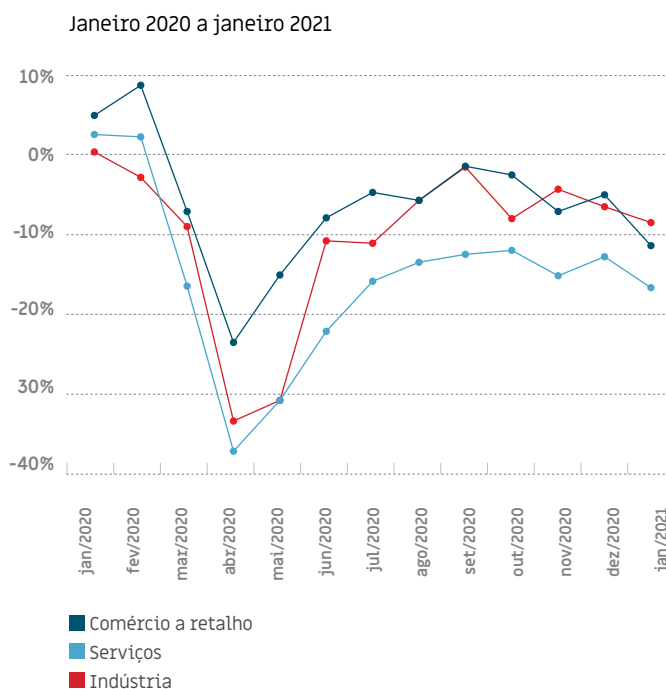
	4º Tr. 2019	1º Tr. 2020	1º Tr. 2020	3º Tr. 2020	4º Tr. 2020
PIB	2,6	-2,2	-16,3	-5,7	-6,1
Consumo Privado	2,6	-0,8	-14,2	-4,1	-4,8
Consumo público	1,7	0,1	-4,0	2,8	3,1
FBCF	2,6	-0,3	-8,5	0,6	-0,4
Exportações	6,7	-4,8	-40,0	-15,9	-14,1
Importações	3,4	-1,7	-29,1	-11,0	-6,5

Fonte: INE

A situação continua a afetar mais severamente os serviços. No comércio a retalho, a situação é diferenciada, com o setor de produtos não alimentares em clara inversão e significativamente aquém dos níveis pré-crise. Na indústria, a situação mostra-se, igualmente, muito heterogénea do ponto de vista sectorial. Entre os setores de maior dimensão mais afetados destacam-se o vestuário e o calçado, bem como a indústria automóvel e, em janeiro, a indústria do mobiliário. A degradação do volume de negócios observado na indústria, em dezembro e em janeiro, decorreu, sobretudo, da evolução desfavorável do mercado externo.

GRÁFICO 5

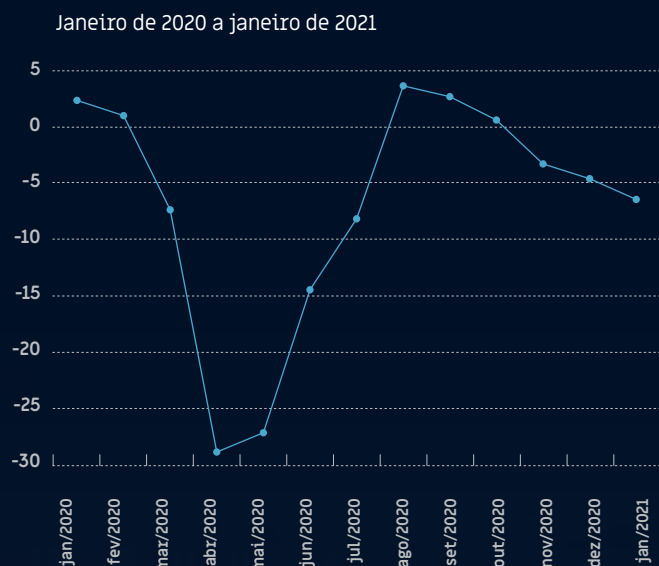
Índices de volume de negócios (variações homólogas em %)



Quanto à produção industrial, é nítida a inversão da tendência de recuperação, a partir de setembro, com o índice a regressar a terreno negativo nos últimos três meses - ver gráfico 6.

GRÁFICO 6

Produção Industrial (variações homólogas em %)



Fonte: INE

As mais recentes projeções macroeconómicas apontam para um crescimento do PIB em 2021 na ordem dos 4% e com um pouco mais de intensidade em 2022, prevendo-se que a atividade regresse ao nível pré-pandemia em meados desse ano.

Já incorporando o impacto esperado do regresso ao confinamento em meados de janeiro, tanto a Comissão Europeia como o Banco de Portugal preveem uma nova redução do PIB no primeiro trimestre de 2021, antes de começar a recuperar a partir do segundo trimestre do ano, e (de acordo com a Comissão Europeia) já com forte intensidade no terceiro trimestre, o que pressupõe uma notável recuperação do turismo nos meses de verão.

Projeções para a evolução do PIB em Portugal (%)

Fonte	2021	2022
Comissão Europeia fevereiro	4,1	4,3
Banco de Portugal março	3,9	5,1

Já o Banco de Portugal, antecipa uma recuperação rápida após o levantamento das medidas de contenção, mas desigual entre setores, com uma dissipação mais lenta dos impactos diretos da pandemia no turismo e serviços relacionados.

Ao contrário do Banco de Portugal, a Comissão não incorporou neste exercício qualquer impacto das medidas previstas no Plano de Recuperação e Resiliência, que poderão conduzir a um desempenho mais favorável da economia.

Os principais contributos para o crescimento económico em 2021/2023 virão das exportações e do consumo privado, que são as componentes que mais se reduziram sob o impacto da pandemia.

Segundo o Banco de Portugal, o crescimento acumulado desde o final de 2019 ao final de 2023 deverá ser idêntico em Portugal e na área do euro.

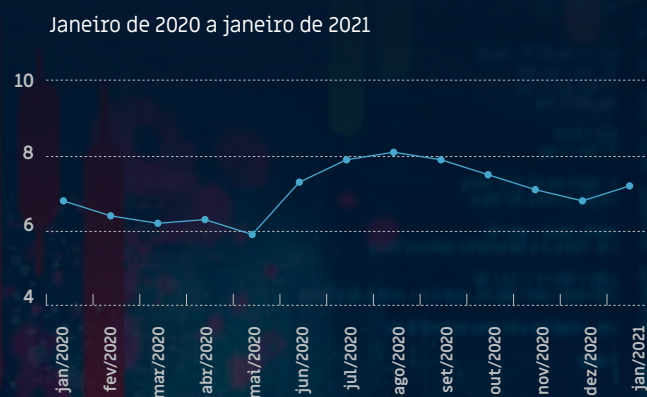
Emprego e desemprego

A dinâmica de recuperação no mercado de trabalho ter-se-á interrompido em dezembro (com perda líquida de 37,5 mil empregos) e a situação ter-se-á agravado em janeiro (com perda líquida de 79 mil empregos) - segundo estimativas provisórias do INE.

A taxa de desemprego, que em dezembro tinha regressado aos níveis de janeiro de 2019 (6,8%), depois de um máximo de 8,1% em agosto, terá voltado a aumentar, em janeiro, para 7,2% - ver gráfico 7.

GRÁFICO 7

Taxa de desemprego (%, com correção de sazonalidade)



Fonte: INE

Estes valores revelam, apesar de tudo, uma forte resistência das empresas em prol da preservação dos postos de trabalho, resistência essa que poderá ceder face ao prolongamento no tempo de uma contração profunda das receitas. ■



António Leite,
Vice-Presidente do Conselho
Diretivo do Instituto
do Emprego e Formação
Profissional, IP

A incorporação de conhecimento e de tecnologia nos processos produtivos, nos bens e serviços e, naturalmente, nas profissões, mesmo em algumas insuspeitas, vem reclamar a correspondente necessidade de atualização, requalificação e reconversão profissional dos trabalhadores. Com a crise pandémica que atravessamos, poder-se-ia pensar que essa seria a última das preocupações de empresas e empresárias/os. Felizmente, tal não é o caso, já que a própria crise veio demonstrar as potencialidades da tecnologia (certamente que também as suas limitações) e a necessidade

de não perder mais tempo na melhoria das nossas qualificações.

O Programa Emprego Mais Digital pretende contribuir para o robustecimento do tecido empresarial português, garantindo formação profissional numa área estratégica para a economia como um todo e para cada empresa em particular. Insere-se no princípio seguido pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP) de diversificar e adequar as respostas às necessidades de formandas/os e de empresas, e de envolver todos os parceiros relevantes e disponíveis. O Programa resulta da articulação entre entidades públicas e privadas como o próprio IEFP, a Equipa de Missão Portugal Digital e as Confederações Empresariais, nomeadamente a Confederação Empresarial de Portugal (CIP), a primeira a estabelecer o protocolo de cooperação e a começar com as suas associadas a formação no terreno.

EMPREGO MAIS DIGITAL

Para a execução do plano de formação está mobilizado um amplo leque de entidades formadoras, a saber: os centros de gestão direta e os centros de gestão protocolar do IEFP e as próprias associações, desde que devidamente certificadas para o efeito. Apesar de lançado nos últimos dias de 2020 e da grave situação de crise que vivemos, a ambição é de abranger, em 2021, pelo menos 25.000 trabalhadoras/es em formação na área da Indústria, a que se juntarão vários outros milhares nas restantes áreas da economia.

A criação deste Programa enquadra-se num esforço coerente de desenvolver competências digitais e articula-se com outras medidas como o Jovem + Digital ou o programa Upskill. E neste contexto também se inscreveu a criação em conjunto com a Associação Empresarial de Portugal (AEP) de um novo centro protocolar, o CESAE Digital, como mais um exemplo de cooperação entre o IEFP e o associativismo empresarial e de conciliação entre o que já existe com história e mérito e o que precisamos de criar e de inovar. Ainda neste quadro, insere-se a requalificação de instalações e equipamentos na rede de centros, bem como o reforço da presença de conteúdos digitais em toda a linha de oferta formativa. A tecnologia e o digital não resolverão os nossos problemas, nós resolveremos (ou não) os nossos problemas.

A questão, como sempre em momentos passados, é de sabermos utilizar bem todos os instrumentos que se encontram ao nosso dispor para melhorar as nossas vidas. Este é um caminho que pretendemos prosseguir e aprofundar. Sabemos que podemos contar com os nossos parceiros e estes sabem que podem contar connosco. ■





SkillsPORTUGAL ▶ DIGITAL 2021

CAMPEONATO NACIONAL DAS PROFISSÕES DIGITAIS

21 de junho a 9 de julho

18 profissões | 250 concorrentes

inscrições abertas de 29 de março a 9 de abril



A adiada revisão da política industrial europeia

A CIP defende uma estratégia ambiciosa, que evite dependências excessivas, mas que rejeite claramente uma ilusão de autossuficiência.

Por: Departamento de Assuntos Económicos da CIP

A Comissão Europeia anunciou, em setembro de 2020, a intenção de atualizar a estratégia industrial apresentada seis meses antes, tendo em conta as profundas alterações decorrentes da pandemia, designadamente ao nível da concorrência global. Mais de seis meses volvidos, e enquanto as grandes economias mundiais multiplicam os seus esforços em defesa da indústria nacional, a Comissão Europeia adiou, uma vez mais, a comunicação sobre a revisão da política industrial europeia, atualmente prevista para 27 de abril.

Uma base industrial europeia fortalecida é fundamental para atingir os grandes objetivos europeus, nomeadamente o da transição digital e ecológica. Precisamos de uma estratégia ambiciosa, que evite dependências

excessivas, mas que rejeite claramente uma ilusão de autossuficiência. A União Europeia deve desenvolver, não uma política industrial dirigista, mas uma estratégia que vise melhorar a competitividade e que incentive as empresas de todas as dimensões e setores a investir, inovar e crescer. A CIP considera que a atualização da estratégia industrial europeia deve ter em vista os seguintes objetivos:

- ▶ reestabelecer a capacidade de investimento das empresas;
- ▶ assegurar mercados abertos, competitivos, justos e eficientes;
- ▶ rejeitar dirigismos e seleção de campeões;

RESTABELECER A CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS

A atualização da estratégia industrial deve reconhecer plenamente o impacto

da pandemia na economia e focar-se no restabelecimento da capacidade de investimento das empresas. A CIP concorda que a competitividade sustentável deve permanecer o objetivo central da estratégia industrial europeia, sendo as transições verde e digital pilares fundamentais.

Atingir todas as ambições que a União Europeia assumiu, nomeadamente a de alcançar a neutralidade climática por volta de meados do século, e, ao mesmo tempo, cumprir o desígnio de uma “recuperação de empregos” requer empresas fortes e inovadoras, inseridas em cadeias de valor competitivas e geradoras de emprego. A digitalização da indústria e da sociedade em geral deverá ser entendida como um facilitador fundamental deste processo, proporcionando níveis mais elevados de produtividade à economia europeia, bem



requer, para se concretizar, mercados abertos e dinâmicos, onde as empresas possam provar o seu dinamismo e as suas vantagens competitivas. Isto passa, em primeiro lugar, por reforçar e utilizar plenamente o potencial do Mercado Único.

REJEITAR DIRIGISMOS E SELEÇÃO DE CAMPEÕES

Devemos aproveitar as oportunidades das tendências de fundo que já hoje podem ser identificadas em vários campos, incluindo energia, economia circular e digitalização. Mas há que resistir a uma política perigosamente dirigista.

Não devemos enveredar por um relaxamento das regras de concorrência e da concessão de ajudas públicas. Tal conduziria a distorções de concorrência no mercado único europeu, particularmente prejudiciais às empresas dos países com menor capacidade financeira para levar a cabo este tipo de política. Também não podemos enveredar pela subsidiação

Há que resistir a uma política perigosamente dirigista

discriminatória das grandes indústrias e das grandes empresas, num regresso à conceção ultrapassada de política industrial como um processo de seleção a priori de vencedores. Deve ter-se em atenção a definição de ecossistemas, presentemente em desenvolvimento, e o objetivo a que se destina, devendo evitar-se distorções e assegurar que este exercício político não leve a maiores distorções de mercado e de concorrência. No quadro do seu Plano de Recuperação, a União Europeia deve desenvolver, não uma política industrial dirigista, mas uma estratégia que integre os desafios das tendências de fundo que estão a moldar o nosso futuro, incluindo transição energética, economia circular e digitalização. Sobretudo, esta estratégia deverá ser coerente e transversal, salvaguardando e favorecendo a competitividade industrial em todos os domínios da política europeia, nomeadamente energia, ambiente, inovação, mercado de trabalho, comércio internacional e concorrência. ■

A atualização da estratégia industrial deve reconhecer plenamente o impacto da pandemia na economia

como uma maior flexibilidade e escalabilidade de produção. Para tal, é fundamental não só reforçar a estrutura de capitais das empresas, profundamente fragilizadas pela atual crise, como criar um clima de negócios favorável ao investimento e o desenvolvimento de condições propícias à incorporação e ao uso seguro de novas tecnologias.

ASSEGURAR MERCADOS ABERTOS, COMPETITIVOS, JUSTOS E EFICIENTES

A crise desencadeada pela pandemia tornou ainda mais evidente a necessidade de uma estratégia capaz de assegurar uma base industrial europeia renovada, mais forte e mais resiliente. Uma base industrial que deve – sobretudo em setores vitais – evitar dependências excessivas que se tornaram bem visíveis. Neste objetivo de alcançar cadeias de valor mais seguras, mais robustas e mais flexíveis, a estratégia industrial deve rejeitar claramente uma ilusão de autossuficiência, com o consequente fecho da Europa sobre si própria, adotando antes uma abordagem que favoreça a diversificação e encurtamento das cadeias de valor sob o impulso e direção das próprias empresas. A relançamento da indústria europeia

A revisão da Política Comercial da UE – o que salientamos

A CIP tem participado ativamente no debate da política comercial junto da Presidência Portuguesa, da Comissão Europeia e da BusinessEurope. Conheça as principais propostas.

Por: Departamento de Relações Internacionais da CIP

A Comunicação da Comissão Europeia de 18 de fevereiro “Revisão da Política Comercial – Uma política comercial aberta, sustentável e decisiva” refere três objetivos principais da política comercial a médio prazo:

- ▶ apoiar a recuperação e a transformação fundamental da economia da UE em conformidade com os seus objetivos ecológicos e digitais;
- ▶ definir regras mundiais para uma globalização mais sustentável e mais justa;
- ▶ aumentar a capacidade da UE para prosseguir os seus interesses e fazer valer os seus direitos, nomeadamente de forma autónoma, quando necessário.

Na prossecução destes objetivos são definidos seis domínios de atuação. No âmbito de cada qual são apresentadas ações-chave que deverão ser realizadas durante o atual mandato da Comissão Europeia (até dezembro de 2024).

O QUE SALIENTAMOS

→ **Reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC)** – visando aumentar o seu contributo para o desenvolvimento sustentável, evitar distorções da concorrência e restabelecer o seu sistema de resolução de litígios;

→ **Apoiar a transição ecológica e promover cadeias de valor responsáveis e sustentáveis** – propondo iniciativas no seio da OMC, instando os parceiros do G20 a assumirem compromissos nestes domínios, melhorando a aplicação dos capítulos sobre sustentabilidade dos Acordos de Comércio da UE e apresentando uma proposta de “due diligence” obrigatória em matéria ambiental, de direitos humanos e direitos do trabalho;

→ **Apoiar a transição digital e o comércio de serviços** – promovendo um acordo da OMC sobre comércio digital que inclua regras sobre a circulação de dados e visando uma cooperação regulamentar com parceiros *like-minded*;

→ **Reforçar o impacto regulamentar da União Europeia** – identificando domínios prioritários para a cooperação regulamentar com parceiros *like-minded*, designadamente no contexto transatlântico;

→ **Reforçar as parcerias da UE com países vizinhos, com países do alargamento** – focando numa cooperação regulamentar em matéria climática e digital – e com África – promovendo a implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana, incluindo o envolvimento com o setor privado e a promoção de normas comuns para reforçar a integração regional e continental, aprofundando e alargando os acordos de comércio com comunidades económicas regionais, incluindo a aplicação de regras de origem mais harmonizadas, e procurando celebrar acordos de investimento sustentável;

→ **Reforçar a prioridade dada pela UE à aplicação e ao cumprimento dos**

CIP defende abordagem ambiciosa de abertura comercial europeia

A Secretária-Geral da CIP, Carla Sequeira, moderou, no dia 10 de fevereiro, um painel constituído por empresas nacionais no âmbito de um webinar sobre Política Comercial da União Europeia. A responsável defendeu uma abordagem europeia ambiciosa de abertura comercial, rejeitando

o protecionismo, nomeadamente através de um reforço nas políticas de comércio e investimento com os parceiros mais importantes da UE – EUA, China e Reino Unido – e de blocos económicos com um potencial significativo – Mercosul, África e Índia. O evento, organizado pela Direção-

-Geral das Atividades Económicas, no contexto da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, contou ainda com a presença do Secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhante Dias, e do Alto Responsável pela Execução da Política Comercial da Comissão Europeia, Dennis Redonnet, entre outros.

acordos de comércio, e assegurar condições de concorrência equitativas – visando concluir negociações e ratificar acordos pendentes, efetivando o papel do *Chief Trade Enforcement Officer* para eliminar barreiras e maximizar os benefícios dos acordos de comércio, reforçando instrumentos para proteção de práticas comerciais desleais, incluindo sobre créditos à exportação e desenvolvendo novos instrumentos “online” para apoiar PME.

O QUE COMENTAMOS

A CIP tem participado ativamente no debate da política comercial, apresentando as suas prioridades para a Presidência Portuguesa, respondendo às consultas públicas da Comissão Europeia, colaborando nos trabalhos da BusinessEurope e participando em fóruns públicos de debate. Consideramos muito positiva a confirmação do conceito de autonomia estratégica aberta, isto é, assegurar a abertura, mas, também,

o fim de uma certa ingenuidade da UE no seio de um enquadramento protecionista e conflituoso a nível mundial.

Neste contexto, a CIP defende, desde logo, a necessidade de avançar com os acordos já concluídos, pois os atrasos podem comprometer seriamente todo o potencial de oportunidades que oferecem. O caso mais paradigmático será o Acordo UE-Mercosul, o maior acordo que ambas as partes alguma vez concluíram. Igualmente importante é o reforço dos instrumentos de defesa de condições equitativas de concorrência para as empresas europeias, designadamente, maior rapidez e firmeza dos Instrumentos de Defesa Comercial, a aplicação de um instrumento para fazer face às subvenções estrangeiras e um maior controle na fronteira externa da UE para evitar produtos não-conformes.

Ainda dentro do lote de prioridades defendidas pela CIP, está a necessidade de aprofundar o relacionamento com África, através dos Acordos de Parceria Económica (EPAs), promovendo a integração regional do continente, criando condições para o investimento do setor privado e apostando na educação e formação local. Do mesmo modo, é essencial assegurar que a revisão do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) se foque na concentração dos benefícios nos países menos desenvolvidos e na diversificação produtiva dos países beneficiários, reforçando os mecanismos de fiscalização e de salvaguarda em relação a importações que causam sérias dificuldades aos produtores europeus.

Por fim, será importante promover uma participação plena das PME nos benefícios dos acordos de comércio da UE, informando, simplificando e reforçando os instrumentos de apoio à internacionalização. ■

Liderança no feminino



Cláudia Passeira,
Diretora do Departamento
da Qualidade, Ambiente
e Segurança e Saúde
do CENFIM

Estávamos nos anos 80. Cresci numa sociedade que destinava muitas mulheres ao papel de mãe e esposa. Outras desenvolviam os estudos nas áreas das letras e na saúde. Uma mulher na gestão de uma empresa era uma visão de algumas que se atreviam a sonhar, mas ainda poucas a concretizar.

A formação em Engenharia consagrou essa perspetiva. No entanto, o início da carreira profissional na indústria revelava um árduo caminho, com muitas oportunidades para aprender e evoluir. Cruzei-me com mulheres inspiradoras, mas tantas outras com muitas capacidades e competências para liderar, mas sem determinação e confiança para avançar.

Liderar é ser empático, perceber que as equipas são pessoas, personalidades, que todos os dias chegam repletas de sonhos ou desilusões. Que carregam alegrias, preocupações ou tarefas

interrompidas durante o seu horário de trabalho, às quais não conseguem ficar inteiramente alheias, tendo que se manter ativas e eficientes sem distrações.

Liderar é identificar quando a alegria está ao rubro e pode ser transformada em motivação extra para a concretização de tarefas mais exigentes. É intuir através do olhar quando algo não está bem, assumir uma atitude positiva nos dias mais difíceis, e parar para uma boa conversa. É estar sempre perto, atento, transmitir energia, entusiasmo, autoconfiança e compromisso. É comunicar, acompanhar e orientar. Mesmo que à distância!

Liderar está longe de ser somente dar ordens. Liderar é assumir o compromisso com os objetivos da organização, com a convicção que todos estão envolvidos com a mesma determinação, criando oportunidades e incentivos à participação de todos sem exceção, delegando tarefas. É estabelecer planos de ação, atividades e metas, estudar estratégias em conjunto, dividir tarefas, envolver e estimular a equipa na execução e decisão. Responsabilizar cada um pela sua intervenção no resultado global. É o enfoque no desenvolvimento de competências individuais e de grupo.

Liderar é saber criticar construtivamente, identificando o que podemos fazer melhor, mas especialmente congratular e elogiar os resultados positivos e sucessos, por mais pequenos que possam parecer. Dar instruções claras e objetivas, e atuar assertivamente em situações de crise.

É garantir o alto desempenho num clima de maior confiança e respeito, transformando as pessoas nos ativos mais valiosos para a organização,

articulando os seus objetivos pessoais totalmente integrados e dissolvidos nos objetivos da organização. É desenvolvê-las para o sucesso e transformá-las em futuros líderes ou guiando-as nesse caminho, revendo-nos em novas carreiras de sucesso.

Liderar é aceitar que todos os elementos da equipa são diferentes, na personalidade, conhecimento e desempenho, mas que se complementam, enriquecendo o grupo. É assegurar que apesar das diferenças ninguém fica de parte e todos se protegem debaixo do mesmo chapéu de chuva! É acreditar que juntos somos fortes e invencíveis, e que nunca haveremos de falhar, porque quem trabalha não falha, aprende, enriquecendo a organização.

A liderança no feminino exige toda a sensibilidade. Consiste na prática de todos estes pressupostos com convicção, caminhando com determinação e confiança, com a habilidade de criar, desenvolver, motivar, inspirar e influenciar todos, especialmente os que não acreditam em si próprios e na sua capacidade de atingir o sucesso. Derrubar barreiras e preconceitos, apoiar na transformação e emancipação, para que todos se permitam sonhar grande, sem limitações, perante qualquer circunstância ou obstáculo. Aceitar que podemos ser mães, mulheres, amigas e muito profissionais, sem ter que abrir mão de ser excelentes em cada área das nossas vidas. Aceitar que podem ser pais, maridos, amigos e muito profissionais, sem dedicação exclusiva à carreira profissional. É permitir a todos os que trabalham connosco, serem verdadeiramente felizes, fiéis à sua essência! ■



A oportunidade criada pela tecnologia no emprego

Por André Ribeiro Pires, Chief Operating Officer da Multipessoal

A perentória necessidade de desburocratização e agilização dos processos inerentes ao recrutamento, seleção e colocação de profissionais em Portugal é clara. Se, por um lado, o período de confinamento nos mostrou as grandes vantagens das ligações à distância e das interações online; por outro questionou a igualdade no acesso à tecnologia em geral, e à internet em particular, nas casas portuguesas.

Percebemos que o teletrabalho foi uma condição para muitos e a teleescola um processo em construção e adaptação. Mas qual é a realidade de utilização de tecnologia naquela que achamos ser a zona sensível: os profissionais de “colarinho azul” e as áreas de trabalho de menor especialização que exigem a presença física dos colaboradores para o desenvolvimento da sua atividade? Serão estas pessoas prejudicadas no mercado de trabalho por um acesso deficitário às tecnologias e à internet?

Em 2020, 84,5% dos agregados familiares em Portugal possuíam ligação à internet em casa. A distribuição regional de utilização de internet situa o seu valor máximo na Área Metropolitana de Lisboa

com 86,1% e o mínimo na região Norte com um valor de 74,3%.

Se é verdade que foram sobretudo as atividades digitais relacionadas com o ensino as que registaram maior aumento em 2020, passando a comunicação através de portais educativos de 14,5% em 2019 para 30,8% em 2020; também o é que, da população dos 16 aos 74 anos com acesso à internet, 87% pesquisaram informação sobre produtos ou serviços, 86,8% enviaram ou receberam e-mails, 85,7% leram notícias e 80,2% estiveram presentes em redes sociais.

Na Multipessoal assistimos, no verão de 2020, à necessidade de reforço temporário da equipa de operadores de produção num cliente do setor de eletrodomésticos, na região Centro. Estavam colocados 150 profissionais e o objetivo era, em dois meses, aumentar este número para 500. Imperavam tempos de constrangimento no que ao contacto direto respeita. A isto acrescentava-se o contexto do verão onde a disponibilidade para trabalhar decresce. Consequentemente, a abordagem de promoção das vagas, contacto com os candidatos e colocação dos colaboradores foi totalmente digital.

As equipas de recrutamento identificaram candidatos através da base de dados com mais de 600.000 contactos, existiu a publicação de anúncios de trabalho no nosso website e em outras plataformas de emprego e, ainda, a implementação de campanhas online assentes nas redes sociais, assim como em diferentes meios de comunicação social.

O objetivo foi atingido e, em dois meses, 350 candidatos passaram a colaboradores e deram resposta à necessidade do cliente através do estabelecimento de contacto – sempre mediado – da Multipessoal. Esta mediação, seja via telefone, e-mail ou website só acontece porque existe por parte da população o acesso à tecnologia e a disponibilidade para a adotar para a desburocratização dos processos; e da organização dos meios e a capacidade de descomplicar.

O ónus está então para lá da suposta dificuldade de acesso à internet e são agora as empresas que, tendo do seu lado estes dados, podem olhar para a oportunidade da transformação digital como um caminho a tomar para a simplificação de processos e aproximação às pessoas. ■

“Depressa e bem, não há quem” e “*This time is different*” – luta renhida



Nuno Santos,
Presidente do Conselho Diretivo
da Agência para
o Desenvolvimento e Coesão

“Contamos muito com o impacto positivo que um bom e rápido uso dos fundos europeus em Portugal possa ter na vida de todos nós”

“Depressa e bem, não há quem”, é uma frase “dos antigos”, diziam-me os meus pais. E os meus pais diziam-me sempre que “os antigos” nos ensinavam muito. Nos próximos anos, vamos, todos, tentar contrariá-los, no que à aplicação dos fundos da União Europeia diz respeito.

A sociedade portuguesa entrou na terceira década do século XXI com um choque terrível como o que é o da pandemia, cansada de outras pancadas não menos violentas, de que se destacam a crise financeira do final da primeira década, que alimentou os problemas complicados de gestão orçamental nacional e, combinados, deram lugar à necessidade de um programa de assistência financeira muito duro entre 2011 e 2014. Apesar desta entrada difícil, queremos todos garantir que a terceira década é uma década boa para o nosso país. E, por isso, também contamos muito com o impacto positivo que um bom e rápido uso dos fundos europeus em Portugal possa ter na vida de todos nós.

Bom, mas lento, não é binómio que nos convenha; rápido, mas mau, tão pouco. Mas então, é possível, bom e rápido? Não sei, mas arrisco dizer que é possível, no mínimo, prometer que seja mais rápido, face a outros momentos, e tão bom quanto a sociedade portuguesa exija de si mesma. Como? Do lado das estruturas públicas, mobilizando mais comunicação e melhor uso da tecnologia. Tento explicar.

O que não se comunica, não existe. O que se comunica mal, é como não se comunicasse e, portanto, também não existe. O que é comunicar bem? É comunicar muito. De forma simples. E com muita participação. Na Agência para o Desenvolvimento e Coesão, prometemos

um segundo semestre com novidades a este respeito. Trabalharemos fortemente neste eixo, para que seja mais fácil aos que estão à nossa volta compreenderem o essencial sobre “tudo isto” que é “o mundo dos fundos”: a linguagem será simplificada, as interações serão mais regulares, mobilizando vários canais de comunicação, haverá mais atenção à necessidade de explicar, esclarecer, apoiar, desmontar dificuldades. E por esta via, aceleramos e melhoramos.

A gestão dos processos públicos associados aos fundos – alocação, monitorização, certificação, controlo – é feita em cima de sistemas de informação. Vamos, Agência e programas operacionais, convocando outros agentes importantes da Administração pública central, regional e local, usá-los melhor, com forte orientação à demonstração simultânea de que pode ser mais simples, mais rápido e mais sindicável, ter uma relação com este mundo, o dos fundos, desta forma acreditando que podemos servir bem, ao mesmo tempo, objetivos de eficácia e de transparência.

A expressão “*This time is different*” é do título do livro de Carmen Reinhart e Kenneth Rogoff, escrito por altura da crise financeira internacional de 2008, para dizer que a crise de então não era assim tão especial, quando comparada com outras crises passadas nos últimos 8 séculos em 65 países. Título forte para dizer que, mesmo em temas de significado, parece que aprendemos pouco. Neste particular, que para nós, Portugal, é um grande particular para a década, vamos tentar mostrar que sim, que aprendemos, e somos capazes de fazer depressa e bem, a favor de nós e dos nossos, os que estão e os que hão-de vir. ■

Posso apresentar-me?

O meu nome é

MOVIGEAR® performance

Sou o primeiro membro descentralizado da família MOVI-C® e tenho vários recursos com elevado potencial. Confira por si mesmo!

O design do meu cârter é bastante compacto

como eu sou composto por redutor, motor e eletrônica, não preciso de muito espaço. Além disso, peso até 50% menos do que as soluções de acionamento convencionais.

Poderá economizar energia e custos comigo

graças à mais elevada classe de eficiência energética IE5, de acordo com IEC TS 60034-30-2, e à mais elevada classe de eficiência de sistema IES2, de acordo com IEC 61800-9-2.

Comigo, o comissionamento é simples e rápido - conecte e produza!

A transmissão da chapa de características eletrônica, assim como de vários sinais do motor para a eletrônica, ocorrem através da integração digital do motor, sem qualquer esforço adicional de instalação.

Sou ideal para aplicações de posicionamento

desde a operação com controlo de velocidade, até ao posicionamento com o opcional encoder absoluto integrado, que conhece a sua posição mesmo após a falha de energia.

Comigo, o diagnóstico é simples e fiável,

uma vez que posso fornecer informações sobre causas e medidas corretivas através da minha consola opcional, a qual também permite o arquivo de configurações para comparação futura. É uma alternativa local ao PC, rápida, simples e conveniente.

Pode-me integrar e operar de forma simples

porque trabalho com todas as infraestruturas mais comuns baseadas em Ethernet, como PROFINET, EtherNet/IP™, Modbus TCP, POWERLINK e EtherCAT® / SBus®.

Sou silencioso e trabalho muito bem, mesmo em áreas sensíveis,

já que não preciso de ventilador e o meu nível de ruído é baixo. Posso um design higiénico e uma versão opcional para aplicações em áreas húmidas.

A minha instalação é fácil e rápida

e é possível em menos de 100 segundos! Também estou disponível com ligações exclusivas por conectores e a montagem no veio facilita a instalação mecânica.

Pode-me dimensionar de forma ótima e reduzir o número de variantes

devido à minha elevada capacidade de sobrecarga, elevada gama de velocidades e binário constante em toda a gama de velocidade.



Sou particularmente indicado para transportadores horizontais, em diversos setores industriais, designadamente na logística, indústria alimentar e de bebidas, indústria automóvel e aeroportos.

Questões?

Contacte-nos: 231 209 670 / infosew@sew-eurodrive.pt

ESTAMOS PRONTOS PARA APOIAR O SEU PROJETO

Linhas FEI EGF

1.177 milhões
de euros



O Millennium bcp celebrou com o Fundo Europeu de Investimento (FEI) o maior contrato de sempre em Portugal, com 1.177 milhões de euros para apoiar o investimento das Empresas.

**Tem um projeto de investimento?
Venha falar connosco.**

Sujeito a análise de risco de crédito.

Banco Comercial Português, S.A.

Millennium
bcp Empresas

AQUI CONSIGO